



MUNICÍPIO DE ARGANIL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Acta n.º 01

Sessão Ordinária
da
Assembleia Municipal
realizada
em

28 de Fevereiro de 2015



Assembleia Municipal

ACTA N.º1

-----Ao vigésimo oitavo dia do mês de Fevereiro do ano de dois mil e quinze, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu, pelas dez horas a Assembleia Municipal de Arganil, sob a Presidência do Senhor Avelino de Jesus Silva Pedroso, Secretariado pelos Senhores Deputados António Gonçalves Cardoso e Fernanda Maria Marques Martins Pacheco na qualidade de 1º e 2º Secretário, respectivamente.-----

-----Seguidamente o 2º Secretário procedeu à chamada nominal, tendo respondido os seguintes elementos:-----

SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS ELEITOS:

-----Arménia Maria Morgado Coimbra, Fernanda Maria de Almeida Figueiredo Dias, Eugénio Tavares Fróis, Luís da Silva Moreira Gomes, António de Oliveira Simões, Elisabete Simões Oliveira, Cristina Maria de Almeida Jorge de Figueiredo, Luís Miguel das Neves Campos Almeida, Horácio Lisboa Afonso, António João Lopes, Fernando José Ribeiro Cavaleiro da Maia Vale, Carla Maria Travassos Rodrigues, Paulo Jorge Marques Amaral, Patrick António Wende Dias da Cunha, Ana Rita da Silva Gonçalves, Rita Sofia Gaspar Marques, Rui Martins Portugal.-----

SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS COM ASSENTO:

----- Presidente da União das Freguesias de Cepos e Teixeira, José António Gomes Costa, Presidente da União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra, Adelino Antunes de Almeida, Presidente da União das Freguesias de Coja e Barril de Alva, Luís Manuel Tavares de Moura, Presidente da União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz, António Manuel Antunes Tavares, Presidente da Junta de Freguesia de Arganil, João António Travassos Nunes, Presidente da Junta de Freguesia de Benfeita, Alfredo Oliveira Gonçalves Martins, Presidente da Junta de Freguesia de Celavisa, Maria do Rosário Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Folques, Manuel Alberto Saraiva Ribeiro, Presidente da Junta de Freguesia de Piódão, Ricardo Lopes Pacheco, Presidente da Junta de Freguesia de Pomares, Armando Nunes do Nascimento, Presidente da Junta de Freguesia de Pombeiro da Beira, Ermelindo Carmo Ventura, Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho da Cortiça, Rui Miguel Santos Almeida Franco, Presidente da Junta de Freguesia de Sarzedo,



Assembleia Municipal

Fernando Ferreira Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Secarias, Leonel da Conceição Costa. -----

----- Também estavam presentes o Senhor Presidente da Câmara, Ricardo Pereira Alves e os Senhores Vereadores Luís Paulo Costa, Paula Inês Moreira Dinis, Maria da Graça Lopes, António Sêco, Eduardo Miguel Ventura e João Pedro Pimentel. -----

----- O 2º **Secretário** deu conhecimento das justificações das faltas do Senhor Deputado Mário Pereira Gonçalves que se encontra anexa a esta acta. -----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

----- Do público presente a assistir à sessão da Assembleia Municipal, inscreveram-se duas pessoas os senhores **António da Silva Moura e Manuel de Castro Nunes**. -----

----- Foi dada a palavra ao **Senhor António da Silva Moura**, que depois de cumprimentar os presentes, referiu “tenho aqui uma fotocópia do abaixo-assinado que em dois mil e um os moradores de Casal Mourão enviaram para esta Câmara e tenho aqui as fotocópias para que vejam o que têm feito aquele lugar. Se houver alguma pessoa que distribua estas fotocópias pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Coja, pelos partidos, pela mesa do Senhor Presidente da Câmara e pela mesa da Assembleia Municipal. -----

----- Senhor Presidente da Câmara em dois mil e um, os moradores de Casal Mourão e com o apoio da Junta de Freguesia de Côja fizeram um abaixo-assinado a esta Câmara para que fosse alcatroada a estrada de Casal Mourão até à estrada da Esculca. Na primeira fase de alcatrão o Vice-presidente desta Câmara pediu-me para que deixasse arrancar duas oliveiras para que a valeta ficasse mais larga o qual eu autorizei. O que este senhor fez, em vez de alargar a valeta, tapou-a. Fizeram a segunda fase de alcatrão da minha casa até à estrada que vai para a Esculca. Ficou sem alcatrão ficando ao abandono e esta ficando com uma vala de um metro de profundidade. No tempo de um senhor já falecido, uma pessoa que tinha maus íntimos e queria fazer mal a outra pessoa, ia à polícia, esta vinha e prendia a pessoa em causa e eram pessoas inocentes que iam para a prisão. Agora como estamos em Democracia não é preciso isso, vai-se à Junta de Freguesia e à Câmara Municipal para que estas entidades discriminem as pessoas e é o que está a acontecer comigo. Eu estive vinte e dois anos à espera de uma lâmpada para junto da minha habitação. Se a EDP não demolisse a cabine que havia e fizesse um novo PT e tivesse que mudar o ramal da minha habitação e pôr mais



Assembleia Municipal

postes para a luz, ainda hoje não tinha luz há minha porta, porque se esta Câmara lá pusesse o poste poderia ir à falência. Para quem esta Câmara quer, tem dinheiro com abundância. Senhor Presidente da Câmara, derivado a discriminação que me impuseram apoiada pela Junta de Freguesia é que esta estrada chegou à miséria que chegou. Que diga o fiscal desta Câmara que ficou lá retido, nem para a frente nem para trás, só saiu de lá quando lá chegaram os reboques públicos e privados. Como podem ver, a discriminação afinal de conta não é só para mim mas sim para todos, incluindo Junta e Câmara Municipal. -----

----- Senhor Presidente da Câmara, no dia cinco de Janeiro deste ano, foi lá uma máquina lavar a cara a uma parte daquele lugar, agora senhor presidente, pergunto-lhe, o trabalho que esta Câmara lá foi fazer está bem feito? Quando vierem as chuvas é para virem mais umas toneladas de terra para cima do alcatrão que já lá tem poucas. E mais, se o senhor fizesse o que os moradores de Casal Mourão vos pediu estava bem alcatroada agora. O que vos tenho a dizer a todos os que estão aqui presentes é que eu vejo neste caso a solução que agora encontraram para me discriminar mais uma vez é o que fizeram, passaram a máquina para que venha mais terra para cima da que está no alcatrão. Isto é justo ou é a democracia que tem esta Câmara Municipal ou dos senhores de direito que têm que resolver. Só resolvem já quando não interessa. -----

----- Meus senhores, não chegam vinte e cinco anos de discriminação por parte desta Câmara e Junta de Freguesia de Côja e Barril de Alva? Para mim já é tempo a mais. Convido todos os que aqui estão presentes para ir ver a miséria que lá se encontra. Caso os senhores não aceitem o meu convite é porque estão satisfeitos com a discriminação que foi feita por estes senhores. -----

----- Senhor Presidente da Câmara e da Junta de Côja e Barril de Alva, já lá vão treze anos que os moradores de Casal Mourão pediram a esta Câmara para alcatroar este espaço. Em que situação ficamos? É para alcatroar em breve ou é para se manter na mesma miséria em que está, ou para fazer a vontade a alguém que goste de ver a miséria? Esta Câmara e Junta de Côja e Barril de Alva andam a reboque de dois ou três que não têm qualquer qualidade. Haja democracia e obrigada pela atenção.” -----

----- O senhor António termina a sua intervenção comunicando aos presentes que o abaixo-assinado está disponível para quem quiser consultar. -----

----- De seguida, foi dada a palavra ao segundo interveniente do público, **senhor Manuel de Castro Nunes** que iniciou a sua intervenção dizendo “sou filho do professor doutor João de Castro Nunes recentemente arguido num processo movido alegadamente pelo Município de Arganil por difamação e insulto. Ora gostava fundamentalmente de colocar três questões. -----



Assembleia Municipal

-----A primeira é que solicitei ao senhor Presidente desta Assembleia informação relativamente a duas questões fundamentalmente e quando a solicitei, necessitava obviamente de uma resposta atempada porque decorria o processo de instrução criminal do processo que me foi movido pelo senhor Presidente da Câmara em nome do Município. As questões colocadas eram muito elementares. A primeira era se esta Assembleia se considerava lesada também uma vez que deve ser considerada também o Município pelos alegados insultos e difamações de que o senhor presidente da Câmara se queixava.-----

-----A segunda pedia-lhe cópia de um Protocolo assinado entre a Câmara Municipal de Arganil e a Universidade de Coimbra que era alegadamente o pretexto ou, aliás, o argumento pelo qual me dirigi ao senhor Presidente da Câmara de Arganil por várias razões. Continuo à espera de resposta do Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Arganil que teve o cuidado de responder-me apenas para alegar a sua honra e a sua dignidade, mas não teve ainda o cuidado de me responder em relação às questões que lhe colocava.-----

-----Gostava, agora, muito rapidamente situar os senhores deputados relativamente à questão que estou a levantar. Em Maio de dois mil e treze, um pouco antes das eleições autárquicas, o Senhor Presidente da Câmara de Arganil fez publicitar na Comarca de Arganil, que tinha assinado com a Universidade de Coimbra, com O Vice-Reitor da Universidade de Coimbra, um protocolo que se destinava à instalação Museológica dos materiais arqueológicos recolhidos pelo professor doutor João de Castro Nunes em vários concelhos do centro do país e retomar os trabalhos arqueológicos da lomba do canho, no acampamento romano da Lomba do Canho. Ao anunciar assim o teor deste protocolo, o Senhor Presidente da Câmara sabia exactamente que estava a lesar profundamente direitos objetivos do professor doutor João de Castro Nunes, para além da sua dignidade, da sua honra e da sua personalidade. Para além do mais o anúncio desse protocolo foi feito dois meses e pouco após o professor doutor João de Castro Nunes ter sido condenado no âmbito de um processo movido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Arganil, alegadamente Município de Arganil, por difamação e injúria.-----

-----Tenho solicitado continuamente e recentemente cópia desse protocolo ao Senhor Presidente da Câmara de Arganil que teve o cuidado de me enviar no fim da semana passada. No protocolo, após a sua leitura verifico que se trata de um protocolo genérico em colaboração com a Universidade de Coimbra e a Câmara de Arganil, não faz referência alguma à Lomba do Canho, ao acampamento romano da Lomba do Canho, não faz referência nenhuma ao Museu Regional de Arganil, é um protocolo abstracto. Eu pergunto ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal ou ao Senhor Presidente da Câmara se existe mais algum protocolo que faça referência a essas matérias.-----



Assembleia Municipal

----- Pergunto também porque razão o Senhor Presidente da Câmara de Arganil, não teve o cuidado ou a educação cívica elementar de entrar em contacto com o meu pai ou de informar o meu pai, que ia assinar um protocolo com a Universidade de Coimbra com o objetivo explícito, tal como foi publicitado, de instalar museologicamente os materiais museológicos recolhidos por ele e reiniciar os trabalhos na Lomba do Canho.-----

----- Tenho reiteradamente questionado quer o Senhor Presidente da Câmara, quer o Senhor Presidente da Assembleia Municipal sobre estas questões, só obtenho resposta quando se trata de defender a honra e a dignidade dos alegados lesados. Portanto, eu gostava de saber se o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, aliás em primeiro lugar se esta Assembleia se considera lesada pelas alegadas difamações e injúrias dirigidas ao Senhor Presidente da Câmara e em segundo lugar, se tem conhecimento de que existe mais algum protocolo para além daquele que me foi enviado, que é um protocolo abstracto e não diz respeito a nada. São estas duas questões que eu gostava de colocar a esta Assembleia.”-----

----- Foi dada a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Ricardo Pereira Alves**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e de seguida proferiu que “ relativamente à intervenção do senhor António de Casal Mourão, dizer-lhe que do conjunto de reclamações que nos trouxe novamente, algumas já tivemos ocasião de as resolver e outras levam mais tempo, fruto dos constrangimentos financeiros que temos, mas queria mais uma vez reiterar que também em conjunto com a União de Freguesias podemos equacionar os problemas e colocá-los num grau de prioridade, percebendo também que a nossa acção no terreno tem que ser ditada pela igualdade entre todos os cidadão e naturalmente é para isso que trabalhamos.-----

----- Relativamente à questão do protocolo com a Universidade de Coimbra, ele foi apreciado pelo órgão próprio. A Câmara Municipal representa uma vontade de desenvolver a área da arqueologia no concelho, quer através da criação de uma mostra de arqueologia permanente, quer no retomar das escavações da Lomba do Canho. O órgão próprio na altura apreciou essa proposta de protocolo, temos vindo a trabalhar com a Universidade nessa matéria.-----

----- Depois de feitos todos os esclarecimentos aos intervenientes do público presente por parte do Executivo, teve a palavra o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Arganil, Avelino Pedroso**, para responder ao senhor Manuel de Castro Nunes, membro do público, que colocou algumas questões ao Presidente da Assembleia Municipal. “Em primeiro lugar devo dizer que devemos distinguir aqui duas questões. Há questões do foro pessoal e que deverão ser dirimidas nos



Assembleia Municipal

locais próprios e há questões que, efetivamente, nós estamos aqui para apreciar e analisar, são sobretudo questões que se prendem com o interesse do Município. Obviamente que, também, há um princípio no ponto que referiu que foi logo respondido em relação a honra.-----
-----Nós estamos aqui em primeiro lugar porque gostamos imenso do nosso concelho, amamos o nosso concelho e em segundo lugar fazemos questão de respeitar os lugares que ocupamos, não por sermos nós mas sim o Município, lugares que merecem todo o nosso respeito. Nessa medida sempre que alguma questão poderá colocar em causa não a pessoa mas o cargo, obviamente que temos que responder em conformidade. Quanto às questões que colocou e nomeadamente às de hoje e também já aquilo que nos tinha requerido, será respondido em tempo oportuno.”-----

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1- Leitura do expediente. -----

-----Teve a palavra o **Senhor 1º Secretário da Assembleia, António Cardoso**, para **fazer a leitura da correspondência** recebida. -----

-----De todo o expediente recebido, que está arquivado na devida pasta, tiveram destaque as propostas apresentadas pelo Senhor Deputado António João Lopes, tendo sido lida a proposta número vinte e três que se encontra anexa à presente acta. -----

-----Proposta número vinte e três: -----

-----“Considerando-se conveniente criar motivos que desenvolvam o turismo no Município (pedagógico e de visitantes) e contribuam para aumentar as possibilidades culturais dos residentes, proponho que: -----

-----A Câmara e Freguesias estudem a possibilidade de instalar bosques com árvores autóctones da região conforme a Quercus disponibiliza no seu site "criarbosques.com". Estas árvores são de manutenção reduzida, podendo instalar-se em jardins, não sendo conhecidos inconvenientes ambientais. -----

-----As plantas são de 40 espécies tais como: mostajeiro, zelha, aroeira, teixo, oxicedro, etc. Podem ser fornecidas por preços variáveis e até gratuitas. -----

-----As plantas podem ser acompanhadas de uma pequena informação sobre características, utilidade e historial. -----



Assembleia Municipal

-----Algumas Câmaras já participam neste projecto conforme informa a Organização Ambientalista Quercus.” -----

----- Foi dada a palavra ao **Senhor Deputado, António João Lopes** que relativamente à proposta apresentada, disse o seguinte: “parece-me um projecto extremamente barato, até a Quercus disponibiliza plantas com pequena dimensão a custo zero, mas tem que haver uma entidade que se responsabilize e disponibilize terrenos. Parece-me que era interessante a Mata da Misericórdia, algumas zonas das freguesias, por isso quem tiver dúvidas, tente ver no site da Quercus e dialoguem com eles. Obrigado.” -----

2 – Discussão e Votação da Acta da Sessão nº5 realizada no dia 08 de Novembro de 2014.-----

----- Foi dada a palavra ao **Senhor Deputado Eugénio Fróis**, que começou por cumprimentar a mesa da Assembleia, de seguida os senhores vereadores, senhores deputados municipais, imprensa, público e um cumprimento ao autarca de Coja que hoje representa a freguesia, senhor Luis Moura.

----- Sobre a acta quero dizer o seguinte: “ Na página trinta gostaria que identificassem, há um lapso, ao cimo a minha intervenção referente naturalmente à última Assembleia Municipal onde procurei demonstrar que as prioridades estratégicas de dois mil e quinze, estavam copiadas de alguma forma das de dois mil e catorze e considerei isso por esse motivo, uma discussão em diferido e reconheço que há alguma similitude com a expressão que foi posta na acta, que está, indeferido, mas que altera totalmente a ideia da frase e da afirmação. Portanto, onde está indeferido, deve estar em diferido. -----

----- Reconheço que é difícil de apanhar a ideia no gravador, mas altera completamente o sentido da frase e pedia de facto essa correcção. Muito obrigado.” -----

----- Após os esclarecimentos, a acta foi colocada à votação, sendo aprovada por maioria com quatro abstenções, da Senhora Deputada Arménia Coimbra, do senhor Presidente da Junta do Sarzedo, Fernando Simões, da Senhora deputada Fernanda Pacheco e da senhora deputada Cristina Figueiredo, pelo facto de não terem estado presente na referida sessão. -----



Assembleia Municipal

3 – Assuntos de interesse para o Município. -----

----- Teve a palavra o **Senhor Deputado Luís Gomes** que depois de cumprimentar todos os presentes usou da palavra para proferir que “a minha intervenção vai reportar-se em fazer referência ao desaparecimento de três personalidades que de alguma maneira marcaram, ao longo destes últimos anos, nas suas áreas de intervenção a vida desses mesmos territórios onde actuaram e que foram de alguma maneira figuras marcantes na nossa comunidade. -----

----- Queria referir-me e sem qualquer ordem cronológica ao falecimento do senhor José Correia da Cunha que foi presidente, e actualmente tesoureiro da Junta de Freguesia de S. Martinho da Cortiça e que desempenhou um papel importantíssimo no desenvolvimento da sua freguesia. Foi um homem impar em termos de dedicação à causa pública, particularmente em tudo o que se referia à sua intervenção no que respeitava aos interesses da sua freguesia. -----

----- Uma outra personalidade que nos deixou foi o senhor Alberto Pedroso, pai do senhor Presidente da Assembleia. Foi um homem que eu conheci bem desde o primeiro mandato autárquico, embora não comungássemos as mesmas ideias partidárias, foi sempre um homem com quem dava prazer lidar. Foi um lutador dos interesses do seu Salgueiral. Inúmeras vezes vinha à Câmara Municipal pedir apoio para a realização de obras que ele entendia importantes para a sua terra. Fez parte, recordo-me, de uma das primeiras comissões de moradores que se instituíram no concelho, Comissão de Moradores de Salgueiral de Pombeiro da Beira, depois na Comissão de Melhoramentos de Salgueiral e aí sempre lutou pelos interesses da sua terra, pelas obras que com o seu dinamismo conseguiu levar a cabo. -----

----- Por último, e deixei para último porque o desaparecimento do doutor Armando Dinis Cosme, foi uma perda enorme para o concelho, não só porque desapareceu um autarca, um homem que dedicou grande parte da sua vida à causa pública, aos interesses do concelho, aos interesses do desenvolvimento desta terra, desta nossa comunidade, mas também porque e quem não o conhecia, quem não lidava com ele era um homem bom, um homem dedicado, um homem prestável, um clínico distinto que estava sempre disponível para atender toda a gente com o seu saber e com a sua dedicação extrema. -----

----- Arganil ficou mais pobre mas é justo aqui deixar neste órgão, a memória para que mais tarde quem vier possa recordar que esta Assembleia não esqueceu e não esquece as figuras que de alguma maneira lutaram pelos interesses do concelho. -----

----- Às famílias destas três pessoas as condolências desta bancada que fiquem registadas e penso que este sentimento que nós queremos aqui expressar será necessariamente acompanhado por



Assembleia Municipal

todos os elementos que participam nesta Assembleia. Eu pedia que fosse guardado um minuto de silêncio em memória destas três personalidades”. -----

----- De seguida foi dada a palavra à **Senhora Deputada Arménia Coimbra**, que usou da palavra para apresentar quatro requerimentos ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, os quais se encontram em anexo a esta ata (Anexo III). Depois fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Estes quatro requerimentos, dirijo-os ao Senhor Presidente da Assembleia e espero o seu empenhamento e o seu cumprimento. -----

----- Estes quatro pedidos são feitos ao abrigo das nossas prerrogativas como deputados, deve ser decidido no prazo legal de dez dias úteis e deve ser comunicado ao líder da bancada do partido socialista o despacho que recair sobre estes pedidos para que a bancada possa fazer a consulta, obviamente na sede do Município, deste expediente. Espero que o Senhor Presidente, recebido estes requerimentos lhe de o devido andamento e que nos comunique por escrito no prazo legal quais foram os despachos que sobre eles recaíram. -----

----- A minha última intervenção é sobre o Teatro Alves Coelho. Solicitei, por escrito, à Santa Casa da Misericórdia de Arganil, uma informação completa e exaustiva sobre este processo que chamemos Teatro Alves Coelho. -----

----- Em Outubro de dois mil e catorze recebi um dossier integral da Santa Casa da Misericórdia documentado com todo o expediente, com toda a evolução do processo. Vou dispensar a sua leitura integral, vou apenas resumir e perguntar ao Senhor Presidente da Câmara, através do Senhor Presidente da Assembleia Municipal se se confirma ou não o que me foi comunicado como resolução final deste processo. Resumidamente, a vinte de Dezembro de dois mil e oito foi celebrada a escritura do direito de superfície a favor do Município de Arganil por um período de cinquenta anos. Em vinte e dois de Abril do ano transacto, dois mil e catorze, a Câmara informou a Santa Casa da intenção de requalificação do Teatro. Em catorze de Maio de dois mil e catorze a Santa Casa respondeu recordando as cláusulas da dita escritura de constituição do direito de superfície. Na ausência de resposta, segundo diz a Santa Casa, e considerando a posição pública assumida pelo Senhor Presidente da Câmara numa reunião desta Assembleia Municipal de Junho de dois mil e catorze, a Santa Casa notificou, após deliberação da mesa, a Câmara Municipal para devolver-lhe o Teatro em vinte de Junho de dois mil e catorze. -----

----- Em trinta de Julho de dois mil e catorze a Santa Casa enviou novo ofício à Câmara Municipal dizendo-lhe que está esgotado e não cumprido o prazo, para a devolução do imóvel, recheio e rendas. -----



Assembleia Municipal

-----A quatro de Agosto de dois mil e catorze recebe a Santa Casa um ofício da Câmara reiterando a disponibilização de documentação. A Santa Casa volta a notificar a Câmara a recordar que o prazo já tinha sido ultrapassado.-----

-----Conclui a Santa Casa da Misericórdia que a treze de Agosto de dois mil e treze considerou resolvido o contrato de constituição do direito de superfície nos termos em que a Câmara foi notificada.-----

-----Pergunto ao Senhor Presidente se, sobre esta resolução contratual, foi tomada alguma iniciativa judicial ou não, ou extra judicial e se esta intenção de resolução se considera consumada, se o Teatro Alves Coelho actualmente está ou não ainda na posse do Município ou se foi impugnada e se está entregue às instâncias judiciais a questão do Teatro Alves Coelho”.-----

-----Usufriui da palavra o **Senhor Deputado Eugénio Fróis**, para “falar de um assunto que considero importante, extremamente importante, e que se tivesse que lhe dar um título, diria “*Somos cada vez menos*”. Estou perfeitamente convicto que o problema do despovoamento, a desertificação do Município de Arganil é no momento presente a questão principal que temos que analisar e procurar resolver. É obrigatório dar a este problema a relevância que ele deve ter, é igualmente prioritário estabelecer objectivos ambiciosos mas simultaneamente realizáveis, a solução passa fundamentalmente pela criação de emprego nas diferentes freguesias do concelho. Não estamos perante uma dificuldade menor, mas, de uma forma conjunta de recuperação estreita com os senhores presidentes das Juntas de Freguesia, temos que em função da especificidade de cada freguesia ou União de Freguesias encontrar a melhor solução. Se não o fizermos de pouco valem todas as infra estruturas que possamos concretizar a todos os níveis: rodovia, cultura, entretenimento, gastronomia, etc. São conhecidas estatísticas do nosso concelho em que a taxa de mortalidade é superior três vezes à taxa de nascimentos. A continuar este ritmo, se nada de concreto for feito, estamos a caminhar para o abismo, não nos podemos acomodar. Eu sei que não é responsabilidade directa do Município criar empregos mas todos concordarão que o Município pode e deve, efectivamente, ajudar a criar as condições para a fixação das pessoas. Não podemos considerar esta calamidade como uma inevitabilidade. Em Pombeiro da Beira, São Martinho da Cortiça é possível criar postos de trabalho relacionados com a actividade turística pensando, nomeadamente, no aproveitamento da barragem das Fronhas. Na Benfeita, considerando a sua grande tradição do artesanato, é possível com alguma imaginação e realismo criar postos de trabalho nesta área ajudando os empreendedores a encontrar escoamento para estes produtos. Em Coja, considerando a sua tradição industrial, talvez seja possível apoiar um projecto inovador na área industrial.



Assembleia Municipal

Naturalmente que são sugestões, hipóteses de trabalho. Os novos fundos comunitários no período catorze-vinte, coordenados pela CIM – Região de Coimbra privilegiam nomeadamente o reforço da coesão social e penso haver aqui enquadramento para estas iniciativas. Por outro lado, a ADIBER lançou na Beira Serra uma interessante discussão pública sobre a necessidade da criação de emprego tendo previsivelmente condições para apoiar projectos inovadores tais como produtos endógenos ou privilegiando a vertente turística. Nesta problemática não podemos ignorar a comunidade significativa de estrangeiros que fazem do nosso concelho a sua morada principal, ilustro com as freguesias da Benfeita ou a União de Freguesias de Anceriz e Vila Cova do Alva, penso que este é um tema cuja discussão tem de ser lançada rapidamente. -----

-----Como contributo prévio penso que esta significativa comunidade tem de ser apoiada e fundamentalmente integrada e não é mais possível manter um relativo alheamento que se verifica.

-----É do meu conhecimento que os senhores Presidentes de Junta de Freguesia têm feito o possível, ainda assim é preciso fazer mais e depressa. A língua pode constituir um factor de proximidade ou de afastamento, parece-me importante como primeira medida facultar aulas de português e desta forma promover uma maior proximidade. Temos que procurar o caminho, possivelmente temos que projectar e rasgar, ainda assim não podemos conscientemente deixar de o fazer correndo o risco de os vindouros nos acusarem de uma inercia injustificada”.-----

-----Teve a palavra a **Senhora Deputada Rita Marques**, que depois de cumprimentar todos os presentes pronunciou “no passado sábado, vinte e um de Fevereiro realizou-se a primeira reunião do Conselho Municipal de Juventude de Arganil tendo sido este um compromisso assumido com os jovens do concelho. -----

-----Sendo uma das representantes da Assembleia Municipal posso dizer que fiquei a agradavelmente surpreendida pelo número de jovens que estava presente. Embora não estivessem representadas todas as instituições contactadas, pôde constatar que todos tinham os mesmos objectivos, tornar o nosso concelho mais atractivo para a fixação dos jovens. Mesmo tendo sido a primeira reunião foi notória a vontade de cada um dos presentes trabalhar em prol da juventude do concelho. Por isso, digo-vos que fiquei com expectativas muito altas para o trabalho a desenvolver por este novo organismo municipal.-----

-----Quero também hoje, para finalizar, mostrar aqui o meu contentamento pela situação do muro caído no Pisão já estar a ser resolvida”.-----



Assembleia Municipal

----- Foi dada a palavra ao **Senhor Deputado Fernando Maia Vale** que começou por cumprimentar todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Arganil e de seguida iniciou a sua intervenção proferindo “no passado dia treze de Fevereiro invocou-se por todo o país a figura do General Humberto Delgado por ocasião dos cinquenta anos do seu brutal assassinato pelos sicários do regime fascista PIDE DGS. Foi com mágoa que constatei que no Município de Arganil não houve qualquer referência quer à personalidade do General Humberto Delgado quer à data do hediondo crime, deixando passar em branco uma data marcante da resistência anti fascista e da história democrata do país. Espancado até à morte e deixado incógnito numa vala, este homem foi um farol para todos nós. -----

----- A sua candidatura à Presidência da Republica em mil novecentos e cinquenta e oito foi um grito de revolta e de esperança, um horizonte de liberdade para a pátria portuguesa como ficou patente nos registos fotográficos das receções apoteóticas do General Humberto Delgado. -----

----- Estas eleições, como todos sabem, foram uma gigantesca fraude eleitoral, tendo esta data sido esquecida pela Câmara Municipal de Arganil. Como membro da Assembleia Municipal não poderia, em sede própria, como democrata deixar de evocar esta data. -----

----- Eu também gostaria aqui de exprimir a minha profunda mágoa porque na minha terra, em Coja, há uma placa evocativa de uma associação de três homens chamada a Trempe da qual fazia parte Alfredo dos Santos Júnior que foi ministro do interior do regime fascista entre mil novecentos e sessenta e três e mil novecentos e sessenta e nove, foi ministro do interior responsável directo pela PIDE e um dos autores morais do assassinato do General Humberto Delgado. Está um pouco camuflada pela vegetação mas está lá uma placa evocativa do homem. Não foi a Câmara que pôs, foi a Junta de Freguesia de Coja que evocou essa referida associação. -----

----- Gostaria aqui de me solidarizar com as palavras do colega Luís Gomes, mas também gostaria aqui de evocar mais um homem que nos deixou recentemente, o senhor Manuel Bica de Celavisa.

----- O senhor Manuel Bica foi um homem benemérito, um homem solidário com o concelho com a sua freguesia, um homem profundamente generoso, um homem dedicado à sua terra, um trabalhador incansável quase até ao dia da sua morte. Como tal, também, gostaria aqui de evocar este homem em Assembleia Municipal e também gostaria que fosse prestado um minuto de silêncio em memória deste homem e que este minuto de silêncio fosse acompanhado por todos os membros desta Assembleia Municipal.” -----

----- Teve a palavra o **senhor Deputado Luis Almeida**, que depois de ter cumprimentado todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia começou por dizer “ é uma intervenção



Assembleia Municipal

que visa mais enquanto arganilense nascido, criado e morador desta vila. Em vésperas da inauguração da requalificação de dois espaços nobres da nossa sede do concelho, estou a falar do Paço Grande e do Largo do Cruzeiro, não posso também deixar de enaltecer outras obras que a meu ver têm contribuído para dignificar Arganil, para quem aqui habita, para quem nos visita, falo de espaços como, ainda recentemente, o Largo do Pelourinho, o Campanário e o Sub-Paço, naquele que foi criado um verdadeiro espaço de lazer, de encontro de famílias, mas também um espaço multigeracional e também multiusos, um espaço que é tão agradável para, simplesmente, quem brinca com os filhos, com os netos mas também para eventos onde o maior destaque será, naturalmente, a Ficabeira, entre muitos outros. Também a requalificação da Ribeira de Folques na parte junto ao Subpaço. Continuando para o lado da Barreira, a requalificação da EB1 de Arganil, aquela que foi o meu antigo Ciclo, onde estudei durante dois anos, naquele que se tornou um espaço para o ensino neste caso, Jardim de Infância, ensino básico e actividades de tempos livres de excelência e que a nós arganilenses muito nos deve orgulhar e a mim particularmente como disse, como ex-estudante, mais ainda. -----

----- Em Arganil ainda, aqui no centro, na Praça Simões Dias, através da Fonte das Freguesias que veio aqui acrescentar beleza ao espaço. Também o espaço, não só da envolvente da antiga cerâmica arganilense, um espaço como todos se recordam outrora devoluto, em ruínas, onde foi criado um espaço verde agradável com uma envolvente que é reconhecida por todos os arganilenses, por actividades diversas desde o cinema, a piscina municipal, actividades ligadas à cultura, seja no multiusos ou até no próprio bar que lá está sediado. Permite um acréscimo, no exterior, à prática do desporto e foi reconhecido inclusive já por marcas, estou-me a lembrar de fabricantes de automóveis, e ainda muito recentemente pela própria televisão, pela SIC, que ali fez uma emissão ao longo de seis horas naquele espaço, naquela fachada, naquela envolvente da Cerâmica e que culmina com a requalificação daquele espaço que obviamente não é reconhecido por todos mas muitas vezes recebe os maiores e os rasgados elogios, sobretudo daqueles que de fora nos visitam e vêem ali realmente um rasgo de modernidade e de requalificação. Provavelmente esqueci-me de algum espaço em Arganil mas é fruto de que o trabalho de requalificação tem sido muito e tem sido extenso. Não me alonguei a outras freguesias mas, como disse, a minha intervenção faz sentido em vésperas da inauguração de requalificação de mais dois espaços nobres da nossa vila, e queria portanto terminar dando os parabéns ao executivo pela arte, pelo engenho e também naturalmente em muitas das obras aqui apresentadas se traduzirem no cumprimento da íntegra daquilo que são promessas eleitorais com os arganilenses”.-----



Assembleia Municipal

-----De seguida usou da palavra a **Senhora Deputada Cristina Figueiredo** que começou por cumprimentar todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal para de seguida iniciar a sua intervenção “ a minha intervenção tem a ver com dois assuntos, vou tentar não exceder os cinco minutos. -----

-----O primeiro diz respeito a uma questão que ainda é actual, que é a questão do amianto. De acordo com a Lei nº2 de 2011 de 9 de Fevereiro, foi feito um levantamento de edifícios públicos que têm amianto e esta listagem publicada no portal do governo em trinta e um do sete de dois mil e catorze refere ao Concelho de Arganil três edifícios públicos que são eles, a escola secundária de Arganil, a escola básica de Coja e o Tribunal de Arganil. -----

-----A nossa questão é a seguinte: Embora sabendo que a responsabilidade é do governo, a Câmara como autarquia responsável terá diligenciado e acompanhado esta situação? Como tal, gostaríamos que o senhor Presidente nos informasse se já houve intervenções de substituição e remoção de matérias contendo amianto nos edifícios mencionados, em que fase se encontram ou se já foram concluídas. -----

-----Por último, deixávamos também como sugestão, que a Câmara proceda à elaboração de um levantamento de edifícios e instalações privadas com amianto bem como mecanismos de apoio ou criação de qualquer compensação de entidades particulares que se vejam agora obrigadas, por uma questão de segurança, a proceder à substituição das suas placas e que tenham nas suas habitações, pois é importante resolver de uma vez por todas este problema de saúde pública. -----

-----O segundo assunto que me traz aqui tem a ver com a educação no nosso concelho, lembrar que neste ponto, neste pelouro, a bancada do PS sempre se disponibilizou e tem vindo a reconhecer as opções que o município tem vindo a realizar nesta dimensão, até porque também está em linha de conta com uma das maiores prioridades dos investimentos assumidos nos governos socialistas. -----

-----Assim, o documento *Arganil+ Educação dois mil e catorze, dois mil e quinze* apresentado no ultimo Conselho Municipal de Educação é elucidativo sobre as várias acções realizadas e a desenvolver e que traduzem uma melhoria significativa dos indicadores do concelho o que nos deixa a todos colectivamente orgulhosos. Não podemos deixar de registar com agrado a redução significativa das taxas de abandono antecipado e precoce, bem como a evolução no ranking nacional que posicionou a Escola Secundária de Arganil nas melhores escolas públicas do país e na segunda melhor do distrito de Coimbra. Contudo, existem duas situações que nos merecem aqui alguma reflexão. A primeira diz respeito à acção social escolar, que representa cerca de um milhão de euros o qual não objectamos qualquer cêntimo neste apoio por parte do Município, mas não deixamos de registar que este esforço financeiro tem vindo a aumentar nos últimos anos e situa-se actualmente numa percentagem bastante significativa de crianças e jovens que pertencem a agregados familiares



Assembleia Municipal

desfavorecidos e sinalizados por situações de carência, precaridade e pobreza. Os vários apoios consubstanciados nos transportes, nas refeições e manuais escolares tem crescido nos últimos anos não porque a população estudantil tenha vindo a aumentar, antes pelo contrário, mas sim pelo acréscimo de dificuldades dos seus agregados familiares afectados pelo desemprego, aumento de custo de bens essenciais e diminuição de rendimentos, o que também não deixa de ser uma consequência directa das politicas levadas a efeito pelos governos centrais nos últimos anos, neste caso do PSD. -----

-----A segunda situação diz respeito a um assunto que tem vindo a ser recorrente e que já foi focado aqui pelo meu colega de bancada, Eugénio Fróis, que é a redução das taxas de natalidade e o envelhecimento da população. -----

-----Actualmente, a rede escolar pública do concelho conta com mil quatrocentos e catorze alunos dos quais 13,8% se situam no pré-escolar. É deveras preocupante pensar que nos próximos vinte anos o futuro deste concelho possa estar balizado a duzentos cidadãos. -----

-----Obviamente que estas não são situações específicas deste concelho. No entanto, para reverter esta situação tem que ser uma estratégia de cada município, a nossa, deste Município. Qual é? Continuar passivamente a aceitar, começar a delinear estratégias para reverter esta realidade”.-----

-----Foi dada a palavra ao **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho da Cortiça, Rui Franco** que começou por cumprimentar todos os presentes e de seguida usou da palavra para dizer “começo por colocar algumas questões ao executivo da Câmara Municipal de Arganil que tem a ver com o projecto da captação de água que será construída na Alagoa e que servirá várias freguesias incluindo, também, a de São Martinho da Cortiça que são as seguintes: A que distância temporal estamos deste projeto? Para quando se prevê a abertura do concurso e qual o previsível início dos trabalhos?-----

----- Também aqui associar-me às breves referências que o deputado Luis Gomes fez sobre três personalidades do nosso concelho que nos deixaram à bem pouco tempo, o senhor Alberto Pedroso, o doutor Cosme e o senhor José Correia da Cunha. Este último acompanhou-me nos executivos da Junta de Freguesia, pessoa que também conheço muito bem.-----

-----Acrescento ao que foi dito pelo deputado Luís Gomes uma qualidade que eu acho que foi comum aos três. Os três tinham algo comum, a dedicação à causa pública e a tudo o que tinha a ver com o interesse comum, proporcionando com isso a vida daqueles que não tinham voz, sendo essa uma virtude que qualifica os bons homens, os homens que dedicaram a sua vida à vida dos outros”.



Assembleia Municipal

----- Teve a palavra o senhor em representação da **União de freguesias de Coja e Barril de Alva, Luís Moura** que iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e dizendo “estou aqui na qualidade de substituto legal do actual presidente da Junta de Freguesia como é do conhecimento da Assembleia, solicitou a suspensão do seu mandato.-----

----- Seguindo a mesma linha do concelho, a freguesia de Coja e Barril de Alva vive grandes momentos de constrangimento social que tem como consequência uma elevada taxa de êxodo das camadas jovens fruto da inexistência de soluções de emprego, embora existam potencialidades associadas à exploração agrícola e silvícola, a cultura do emprego industrial das últimas décadas consolidou o abandono dos recursos naturais existente sendo escassas as iniciativas do emprego relacionadas com a agricultura contrariando a corrente sessenta em várias zonas do país. Não havendo soluções de emprego e conhecendo-se a precaridade de muitos dos existentes, temos como consequência uma incapacidade para a fixação dos casais jovens, baixa taxa de natalidade e o consequente envelhecimento da população do concelho, colocando-nos numa situação demográfica já preocupante mas que muito se agravará a curto prazo. Ao nível escolar e a título de exemplo, anualmente todas as escolas reduzem o número de alunos e o encerramento das escolas parece inevitável extraindo a raiz com os polos de Coja e São Martinho devindo à carência e redução de número de crianças que as frequentam.-----

----- No campo social as instituições de apoio a idosos estão sobredimensionadas dado o desaparecimento dos idosos e são conhecidas dificuldades de subsistência de algumas dessas unidades sendo notório que a curto prazo muitas delas terão que encerrar ou associar-se a outras para poderem sobreviver. Feito este enquadramento, entendo que estamos no limite de fazer algo que possa contribuir para a inversão desta realidade dando esperanças aos nossos jovens criando-lhes condições para o aparecimento de iniciativas geradoras de emprego e fomentando o regresso daqueles que aqui gostariam de viver e que hoje estão obrigados a procurar soluções de vida noutras zonas do país ou mesmo no estrangeiro. Não sendo tarefa fácil não podemos partir do pressuposto de que nada há a fazer sendo, contudo, importante assumirmos que muito dos modelos já experimentados e nos quais foram gastos muitos milhões de euros não tiveram qualquer efeito na economia local.-----

----- Sou daqueles que entende que o nosso concelho ao ver na gestão e aplicação dos fundos comunitários que nos deveriam ter permitido estar hoje numa realidade diferente razão por que penso que será o momento de que o concelho encare o presente quadro de apoio comunitário como a derradeira tábuca de salvação deste concelho. A estratégia de desenvolvimento local que integra a candidatura Portugal2020 submetida pela ADIBER e aprovada este mês, será na minha opinião a



Assembleia Municipal

última oportunidade de impulso para que as nossas vilas e aldeias se ajustem aos novos tempos, potenciem recursos e inventem soluções que lhes permitam sobreviver ao êxodo das suas populações, aos mesmo tempo contribuam para a captação de pessoas de outras regiões não só através do turismo mas principalmente pelo aproveitamento de recursos naturais, da pastorícia e produção de produtos agrícolas e endógenos, soluções que criarão pequenos pólos de emprego e fomento de iniciativas da criação do próprio posto de trabalho. -----

-----Para que isso seja possível, é necessário que o Município e a ADIBER entendam que é necessário alterar padrões do passado e promovam junto das freguesias a divulgação dos recursos disponíveis através do líder, ouvindo sugestões e fomentando a apresentação de projectos que possam ser o motor de desenvolvimento que todo o concelho carece. Citando as palavras do presidente da ADIBER, doutor Miguel Ventura, “a Beira Serra tem condições para dentro de cinco ou seis anos estar transformada para melhor e o principal desafio estratégico que temos pela frente é afirmar a Beira Serra como um território e mais que integre cinco palavras chave: Inovador, inteligente, inclusivo, inimitável e institucional”. Permita-me senhor doutor Miguel acrescentar mais dois *i* a esta lista, igualdade e isenção. Igualdade nos acessos aos fundos e isenção na apreciação dos projectos. -----

-----Pela nossa parte, União de Freguesias de Coja e Barril de Alva, subscrevemos integralmente esta afirmação e tudo faremos para que esta oportunidade seja utilizada em prol da população da nossa freguesia e de todo o alto concelho, estando motivados para a apresentação de projectos não só a nível da freguesia mas também no seio da associação de freguesia de direito público de Arganil, uma vez que temos a noção de que de forma isolada dificilmente alcançaremos resultados. -----

-----Contudo, o Município deverá assumir que os recursos das freguesias são escassos para fazer face ao contributo financeiro que é imposto pela mínima dos incentivos disponibilizando apoios financeiros a estes projectos, dos quais deverá ser parceiro activo através da disponibilização dos meios humanos qualificados e indispensáveis à elaboração dos projectos sendo importante aqui enaltecer a humildade e disponibilidade das Freguesias em tudo o que seja contributo para melhorar as condições das suas terras bem patentes na aceitação do Município em fixar este ano em trinta por cento dos esforço financeiro das freguesias nos Contrato-Programa que hoje serão analisados por esta Assembleia. -----

-----Para terminar e dado que o assunto faz parte da ordem de trabalhos, não poderia deixar de enaltecer a decisão da ERSAR em relação à problemática da gestão das águas de abastecimento público dando razão à contestação feita pela nossa freguesia no que respeita à gestão e exploração da água da vila de Coja. Sendo uma questão que tem criado algum desconforto na relação com a Câmara Municipal, não podemos deixar de manifestar nesta Assembleia a insensibilidade do



Assembleia Municipal

Município para assumir a sua quota parte de responsabilidade na prestação deste serviço básico, não só na vila de Coja mas em muitos outros lugares do concelho dando sinais de motivação para que as redes existentes sejam objecto de processo que se aproximam de quase expropriação, esquecendo o esforço que as populações fizeram ao longo de décadas para usufruírem de um bem fundamental que lhes foi negado por omissão do Município no que respeita às suas responsabilidade”. -----

----- Usou da palavra o **Senhor Deputado Patrick Dias da Cunha**, dizendo o seguinte “começo por saudar todos os presentes. Hoje a minha intervenção é muito breve. -----

Sr.Presidente da Câmara, creio que esta Assembleia é uma excelente oportunidade para informar os Arganilenses acerca do processo de revisão do P.D.M., aproveitando, para o efeito, a presença nesta sala da comunicação social.

Com esse objectivo em mente, permita-me que lhe coloque três questões:

1º O que tem sido feito desde que terminou o período de discussão pública?

2º O que ainda falta fazer até se dar por concluído o processo de revisão do P.D.M.?

3º Quais as principais etapas administrativas que temos pela frente e quais são os respectivos timings?

----- Teve a palavra o **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sarzedo, Fernando Simões**, que cumprimentou a mesa da Assembleia na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, de seguida cumprimentou todo o executivo na pessoa do Senhor Presidente do executivo, cumprimentou todos os membros da Assembleia, Imprensa e público presente. De seguida, refere que “vou fazer duas intervenções por uma razão que eu acho que é uma responsabilidade de facto muito grande e implica quase um atentado à saúde pública, não digo quase mas é mesmo um atentado à saúde pública, que são os esgotos da zona industrial da relvinha que correm a céu aberto há sete anos por terrenos de particulares, que têm os poços todos infetados, tem o Sarzedo desde o Ramalhal à Quinta do Ribeiro e aqui permitam-me que faça uma referência específica porque existe na quinta do Ribeiro dois rebanhos, um de cabras e outro de ovelhas, penso que isto é uma situação extremamente delicada. Eu fazia aqui um desafio a todos os membros da Assembleia e ao executivo que quisessem ir visitar o local, pois eu teria todo o gosto em vos receber para que todos possam ver com os vossos próprios olhos a miséria que ali decorre, aquilo é um atentado, sem dúvida, à saúde pública, aquilo não pode continuar. Peço-vos que vão até lá e que vejam para que não haja dúvida em relação aquilo que eu estou a dizer. -----



Assembleia Municipal

-----Em segundo lugar, eu gostaria de fazer uma pergunta também ao Senhor Presidente do Executivo: porque é que na estrada Rui Martins Castanheira foi alcatroado um bocado de uma rua que é vicinal e outra que é particular, com acesso particular a uma vivenda que ali há, que é de uma deputada aqui da nossa Assembleia? Acho que não foi pedido nem solicitado pela Junta de Freguesia. Foram lá colocados também dois BIPS que segundo a orientação do Senhor Presidente da Câmara em relação a todas as juntas, sempre que colocássemos Bips ou uma extensão de rede, nós teríamos que participar com metade dessa comparticipação. Nós não fomos achados nem vistos para isso. Aquilo é um caminho vicinal, penso que há aqui dualidade de critérios, se não vejamos esta atitude em relação a outra estrada, que foi a do Porto Delgado, que em mil novecentos e setenta e seis e eu escrevi para a Câmara nesse sentido quando foi pedida a ajuda de umas obras que andavam ali clandestinas e continuaram e que taparam, inclusivamente, uma rua e era a única que o Porto Delgado tinha para ser servido e não foi considerado como municipal, e eu tive que levar isso à reunião da assembleia de freguesia para que pudesse efectivamente ser considerado vicinal, para que pudesse actuar perante os interventores que criaram dois muros e fecharam uma estrada que é a estrada real que existia e existiu durante muitos anos, que deve ter mais de mil anos sem exagero aquela estrada. -----

----- São estas duas questões. Gostaria que me respondesse sem dúvida quais foram também em relação aos postes que lá foram colocados, quais foram os BIPS que foram desligados, que é para eu ter conhecimento e fazer parte da rede para depois vos poder responder também com outros que têm que ser solicitados”. -----

----- Foi dada a palavra à **Senhora Deputada Ana Rita Gonçalves**, que começou a sua intervenção cumprimentando todos os presente e de seguida proferiu “o teor da minha intervenção advém de alguns problemas, sentidos por mim e por outros utilizadores, das vias de comunicação do nosso concelho e mais concretamente das estradas da Freguesia de Folques. -----

----- Senhor Presidente faço aqui um apelo, em nome de todos os seus utilizadores, que com maior brevidade as estradas, nomeadamente, a que liga Mosteiro ao Alqueve e o Ramal para a Mancelavisa e a entrada de Arganil ou a saída, quem vem de Folques, sejam requalificadas. O seu pavimento está completamente deteriorado, a desertificação das nossas aldeias é cada vez maior, mas se as vias de comunicação e de ligação ao concelho estiverem no estado em que estas se encontram, das duas uma ou começamos a ficar enclausurados nas nossas aldeias ou então temos que abandoná-las porque para além do custo do combustível acresce o desgaste, a uma velocidade atroz, de pneus, manutenção, etc. -----



Assembleia Municipal

----- Para além da requalificação das nossas vias, prevenção deve ser o nome de ordem, ou seja, como sabemos e quem percorre diariamente as nossas estradadas, nomeadamente, nesta freguesia percebe que muitas delas estão rodeadas por enormes escarpas. Estou a falar concretamente na estrada do Salgueiro que, no meu entender, penso que deveriam ser colocados uns railles de protecção.-----

----- Devo também referir que na aldeia de Monte Redondo, a estrada que rodeia a aldeia também deveria ser alcatroada sendo uma mais valia para os seus habitantes. -----

----- Ainda sobre este assunto, gostaria de perguntar ao Senhor Presidente se as obras de requalificação da estrada de Salgueiral até ao Alqueve já se iniciaram, isto porque ontem aquando da minha passagem por esta via verifiquei qua as valetas estavam limpas, no entanto, o pavimento continua lastimável, crateras gigantes. Devo, ainda, referir o facto de na entrada do Salgueiral que vem de Coja existir ao longo da estrada, de uma ponta à outra, regos. Imagino que não exista para ali nenhuma plantação de feijões. -----

----- Nos tempos de crise a falta de emprego, a falta de um ordenado, a necessidade de nos deslocarmos à sede de concelho por inúmeras razões, torna-se muito importante que as nossas vias se encontrem em bom estado, para que estas não se tornem mais um factor que provoque a pobreza, mas pelo contrário, que seja um dos factores que nos irão permitir melhorar a nossa condição financeira”.-----

----- Teve a palavra o **Senhor Presidente da União de Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra, Adelino Almeida**, que cumprimentou os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia e iniciou a sua intervenção dizendo “tenho aqui duas questões para colocar ao Senhor Presidente da Câmara, uma vez que não tive oportunidade de lhas colocar pessoalmente. A primeira é saber em que situação se encontra a conhecida casa dos belgas de Moura da Serra. É um edifício que está em ruína e em degradado estado de conservação. Já se esgotaram todos os prazos de notificações que foram feitas, para quando a sua demolição? Pois aquilo é um perigo que está ali para toda a população que circula naquela rua, que é uma rua principal na Moura da Serra.-----

----- Também saber em que ponto de situação se encontra a atribuição dos números de polícia a todas as aldeias da antiga freguesia de Moura da Serra. Eu sei que a antiga Junta de Freguesia fez um processo de atribuição de números, estava quase concluído e entregou-o na Câmara Municipal, mas até hoje não foram colocados quaisquer números, não sabemos como está o ponto de situação.

----- Eram estas duas questões que eu tinha para colocar ao Senhor Presidente da Câmara”.-----



Assembleia Municipal

----- Usou da palavra a **Deputada Elisabete Oliveira**, que iniciou a sua participação na Assembleia Municipal com o habitual cumprimento inicial a todos os presentes e depois fez “referência ao assunto trazido pela Deputada Cristina Figueiredo relativamente à educação e acção social, também ser muito breve e congratular-me com os resultados obtidos pelo Agrupamento de Escolas de Arganil, neste caso mais especificamente pela escola Secundária de Arganil. -----

----- Curiosamente a nossa companheira de bancada trouxe até hoje o Jornal do Agrupamento de escolas e antes de iniciar a Assembleia tive oportunidade e pensei numa constatação que tenho vindo a ter, quer como aluna quer também agora na actualidade, que é a importância que o agrupamento tem não só na educação formal mas também na educação informal. Eu acho que o agrupamento de escolas de Arganil com todas as instituições do concelho e naturalmente todas as instituições ligadas à educação, tem tido aqui um papel que eu acho que é digno de ser registado e digno de ser replicado porque tem-se trabalhado de facto em parceria e tem-se contribuído para a formação dos jovens não só na parte académica mas também na parte de formação humana e, ao ler este jornal, deparei-me nomeadamente com iniciativas no âmbito de violência de género, alimentação saudável, e estamos a falar como todos hoje já referimos de um concelho do interior onde de facto o acesso a certas acções e a certas informações ainda é mais difícil. Portanto, acho que o papel e o empenho dos professores e da comunidade escolar tem sido relevante. Enquanto Deputada Municipal não posso deixar de me mostrar contente com esse facto e orgulhosa. -----

----- Depois e tal como referi não poderia deixar de achar curioso e tenho que o referir que após uma última Assembleia Municipal onde esta questão da acção social e do investimento do Município ser, em alguns aspectos, considerado insuficiente, de ver hoje reconhecido que o milhão de euros investido na acção social escolar foi reconhecido pela bancada socialista como importante tendo em conta todo este contexto social que nos preocupa a todos e portanto tenho que mostrar o meu contentamento por esse reconhecimento e por ver que de facto todos estamos atentos à importância deste investimento também para a obtenção de melhores resultados escolares, porque se este envolvimento e esta dedicação da comunidade escolar é importante para estes resultados, também é verdade que as melhores condições dos equipamentos escolares tem sido uma preocupação do executivo e também todos os apoios que tornam o acesso à educação mais acessível, também se revela naturalmente determinante para estes resultados”. -----

----- Foi dada a palavra ao **Senhor Deputado Fernando Vale**, que usou da palavra para dizer “relativamente ao convite que foi endereçado pelo senhor Fernando Simões, gostaria de dizer que a



Assembleia Municipal

bancada do partido socialista gostaria de ir visitar a zona em causa e consideramos esse facto de grande gravidade pelo que estaríamos muito interessados em ver essa situação. -----

----- Eu gostaria também de referir aqui um aspecto que já em anteriores Assembleias Municipais eu destaquei, a falta de investimento por parte do Município na floresta do concelho de Arganil.

----- Recentemente o governo publicou uma série de incentivos fiscais às zonas de intervenção florestal. É sabido que em Arganil não existem zonas de intervenção florestal, há zonas de Arganil que estão englobadas em zonas de intervenção florestal de Entidades ou Associações que têm a sua sede fora do concelho, mas aqui em Arganil, umas ZIF mais especificamente de Arganil não existe. E, através do decreto-lei 82-D, gostaria de referir que, por exemplo, ficam isentas de imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis e imposto de selo no que se refere à tabela geral do imposto de selo, as aquisições onerosas de prédios ou parte de prédios rústicos que correspondam a áreas florestais abrangidas por zona de intervenção florestal. -----

----- Outro dos incentivos fiscais que consta neste Decreto-Lei é que ficam isentos de Imposto Municipal sobre imóveis os prédios rústicos que correspondam a áreas florestais aderentes das ZIF. Portanto, o facto de nós termos aqui na área do concelho pouco abrangida por zonas de intervenção florestal, implica já um prejuízo para todos os proprietários florestais do concelho e acho que Câmara devia imprimir uma dinâmica na implementação destas zonas de intervenção. Recentemente foram publicados também uma série de incentivos fiscais referentes à reabilitação urbana e como nós sabemos as zonas urbanas das nossas povoações estão um pouco degradadas sobretudo no que se refere à habitação e no portal do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana há agora uma série de incentivos que deveriam ser aproveitados pelo Município sobretudo em Arganil e em Coja. Eu passo a ler “A Operação de Reabilitação Urbana por sua vez correspondente ao conjunto articulado de intervenções visando de forma integrada a reabilitação urbana de uma determinada área. A limitação das áreas de reabilitação urbana é da competência da Assembleia Municipal sobre proposta da Câmara Municipal a aprovação de uma ARU, Área de Reabilitação Urbana, atribui à área um conjunto significativo de efeitos entre estes destaca-se a obrigação da definição dos benefícios fiscais associados aos Impostos Municipais sobre o património. -----

----- Decorre também daquele acto a atribuição aos proprietários do acesso aos apoios e incentivos fiscais e financeiros à reabilitação Urbana, o regime jurídico da reabilitação Urbana foi procedido pela lei do Orçamento do Estado para dois mil e nove que introduziu novos benefícios para a reabilitação urbana e estabeleceu a possibilidade de delimitação das áreas de reabilitação para efeitos de estatutos benefícios fiscais e acho que é interessante sabermos todos quais são os benefícios fiscais que estão aqui em causa, IVA – Imposto sobre Valor Acrescentado, aplicação da reduzida de 6% às empreitadas de reabilitação urbana tal como definida em diploma específico realizadas em imóveis ou



Assembleia Municipal

em espaços públicos localizados em áreas de reabilitação urbana. IMI – Isenção do Imposto por um período de cinco anos a contar do ano inclusive da conclusão da reabilitação para os prédios urbanos, objecto das acções de reabilitação. IMT – Isenção do Imposto nas aquisições de Prédio Urbano ou de Fracção Autónoma de Prédio Urbano destinado exclusivamente a habitação própria e permanente na primeira transmissão onerosa do primeiro prédio reabilitado. IRC – Isenção do Imposto para os rendimentos obtidos com fundo de investimentos imobiliário que tenham sido constituídos entre um de Janeiro de dois mil e oito e trinta e um de Dezembro de dois mil e treze e em que pelo menos 75% dos seus activos sejam bens imóveis sujeitos a acções de reabilitação. IRS – dedução à colecta para efeitos de liquidação de IRS até ao limite de quinhentos euros, trinta por cento dos encargos relacionados com a reabilitação dos imóveis, tributação de IRS à Taxa autónoma de 5% de mais valias recorrentes de alienação de imóveis reabilitados, tributação de IRS à taxa autónoma de 5% de rendimentos prediais recorrentes do arrendamento de imóveis reabilitados e por último a redução em 50% das taxas administrativas cobradas pela Câmara Municipal no âmbito dos processos relativos a acções de reabilitação. Isto é, um dos incentivos primordiais para a reabilitação dos nossos centros urbanos” e portanto deixo aqui uma recomendação ao Executivo da Câmara Municipal de Arganil para que com a máxima celeridade ponha em curso esta delimitação de áreas de reabilitação urbana do concelho de Arganil”.

-----Após alguns esclarecimentos feitos pelo **Senhor Presidente da Assembleia, Avelino Pedroso**, relativamente ao tempo das intervenções feitas pelos senhores Deputados da Assembleia, foi dada a palavra ao **Senhor Deputado António João Lopes**, que referiu “eu não vou tratar de alguns assuntos porque já foram tratados e eu não vou repetir.

-----Primeiro, saiu uma nova legislação sobre as trinta e cinco horas dos trabalhadores Municipais, espero que isso já tenha sido resolvido porque tem havido alguns conflitos ultimamente.

-----Ponto dois, em Vila Cova existem três estruturas arquitectónicas cuja proprietária me disse que tinham sido doadas à Câmara Municipal. Aquilo está em ruína iminente, são três pequenas construções que eu encontrei já em pequenas pinturas do século XVII / XVIII que se construíam junto dos conventos e a verdade, para que conhece aquela estrutura vê que o telhado é muito inclinado, aquilo é cópia de um projectista do interior da Europa, talvez da Alemanha ou Inglaterra ou da França do Norte, por isso eu propunha que, se realmente que as construções que são do Convento como a proprietária disse que tinha doado à Câmara, a Câmara e a antiga proprietária estabeleçam a forma de manter aquelas estruturas que são extremamente interessantes, eram as estalagens onde ficavam os peregrinos que iam visitar o Convento.



Assembleia Municipal

-----Ponto três, continuamos nestas aldeias pelo menos aqui da zona de Serra, Monte frio, por aí adiante e Coja inclusivamente, a ter dificuldade de ver televisão sem interrupções. Começam a ver a telenovela e lá vai o mais interessante, por isso proponho que a Câmara insista junto da ANACOM para que reponha as condições que havia antes da negociata que foi vender a rede que havia e que funcionava bem.-----

-----Outro aspecto, dado que nós temos no ponto seguinte alguns concursos e dado que normalmente não podemos discutir isso segundo tenho sido informado, a verdade é que há um ano havia também outros concursos, já foram admitidas pessoas, no entanto, chegaram-me informações que a divulgação desses concursos foi relativamente pouco eficiente, isto é, havia gente que queria concorrer e não sabe onde é que está o edital, quantos dias tem para concorrer e por aí adiante, por isso propunha que isto fosse esclarecido convenientemente.-----

-----Ponto número quatro, a criação de postos de trabalho é extremamente importante, toda a gente já se referiu a isso mas eu não vou repetir o que já foi dito, eu só vou dizer é que devíamos com as instituições de Segurança Social que estão a funcionar, pelo menos que estão a funcionar muito bem, mas com pessoas que têm uma idade com alguma dificuldade em pensarem noutras coisas, por isso eu propunha que a pouco e pouco fossemos capazes de irmos produzindo 10%, 20%, 30% seja o que for do que se consome em cerca de mil e quinhentos, mil e seiscentos almoços e jantares que são distribuídos no concelho pelo menos em números baixos. Para isso temos verbas e sugiro que seja alocado a isso duzentos e vinte mil euros que têm sido atribuídos às campanhas eleitorais do PPD/PSD que têm ficado sem ser incluídos nos cofres da Câmara e que por aldeia, terra que tem instituição de Segurança Social fosse capaz de ir produzindo alguma coisa de agricultura de pecuária, pequena, tipo galinhas porque temos condições para isso imediatas, temos saber, não temos é saber para grandes indústrias, isso é extremamente difícil, eu sou da parte de electrotecnia e sei como é difícil instalar uma empresa em moldes que seja capaz de responder a criação de postos de trabalho. Por isso proponho que se comece por aspectos extremamente simples e ligando aos almoços e jantares que são fornecidos no Município”.-----

-----Pedi a palavra o **Senhor Deputado Eugénio Fróis** apenas para referir “quatro a cinco notas telegráficas como se impõem mas absolutamente obrigatórias e manifestar também, de uma forma viva, o agrado da nossa bancada pelo Conselho Municipal de Juventude em funcionamento, como todos se recordam foi uma bandeira nossa durante muito tempo e ouvir as palavras da Deputada Rita Marques é de facto um agrado. Eu aproveito para dizer que também tenho esperança que um dia



Assembleia Municipal

destes direi o mesmo de um orçamento Municipal participativo haja tempo e coração mas com certeza que direi o mesmo daqui a algum tempo.-----

-----Depois também do agrado que foi ouvir ali há mesma Deputada a celeridade no início das obras do caminho da rua velha do Pisão, eu quero crer e desejo, também, fortemente que esta celeridade se verifique nas obras porque os Pisaenses da rua velha bem precisam.-----

Há outra coisa que eu não posso deixar de referir que é ali uma intervenção da Deputada Jovem, Elisabete Oliveira que continua a confundir os transportes, as cantinas e todas essas verbas de um milhão de euros com acção social. Eu não tenho cá os documentos, cito de memória e desculpar-me-ão de alguma incorrecção. Cito de memória, os transportes têm qualquer coisa como setecentos, oitocentos mil euros, as cantinas socia cento e cinquenta mil e a acção social nos números deste nosso executivo que me está à esquerda, dez mil euros por aí, enfim, estou a citar de memória mas sem esperança de elucidar ali a deputada porque ela reitera propositadamente no erro”. -----

----- Foi dada a palavra há **Senhora Deputada Fernanda Pacheco**, apenas para dizer que “a minha intervenção vem na sequência da intervenção da Senhora Deputada Cristina Figueiredo no que diz respeito ao amianto nos edifícios públicos. Informo que, no que diz respeito às escolas, quer à Escola Secundária quer à Escola de Coja, a Direcção do agrupamento esteve atenta e a remoção do amianto já foi efetuada”. -----

----- Pediu a palavra o **Senhor Deputado Luis Almeida**, apenas para referir que “não posso deixar aqui uma nota de lado que é o seguinte: julgo que quando deputados de uma bancada ou de outra, temos uma intervenção e citamos números de memória ou não, ou conhecimento de causa uns mais outros menos, acho que não é nada elegante dizer que um companheiro reiteradamente insiste no erro, porque a análise se estamos errados ou não parte de cada um. Eu também posso dizer que a bancada do Partido Socialista insiste reiteradamente no erro, não o faço por uma questão de educação. São meramente dois pontos de opinião distintos, um não é melhor que o outro e como tal são legítimos, a democracia é assim e felizmente nos proporciona isso, e como tal julgo que é uma prática que a Bancada do PS tem vindo a ter para com a Bancada do PSD, já não é a primeira vez que eu alerto, acho escusado. Portanto, é só um apontamento que eu quero dizer, a opinião de todos é válida e da minha parte respeito as opiniões da Bancada do Partido Socialista e apesar destes reparos para mim um pouco meramente infelizes, continuarei a fazê-lo”.-----



Assembleia Municipal

-----Pedi a palavra a **Senhora Deputada Elisabete Oliveira**, “eu de facto não me vou alongar porque eu acho que a Assembleia não é espaço naturalmente para diálogos, é espaço para tratarmos de assuntos que nos interessam a todos e preocupam, que é dos munícipes e de Arganil. Mas, não poderia deixar de fazer também dois apontamentos telegráficos que dizem respeito à minha juventude, aliás eu já reforcei que isto dos trinta trás aqui algumas questões de *serei jovem ou não* e o Senhor Deputado Eugénio Fróis vai-me reforçando a cada Assembleia a minha juventude e portanto tenho que lhe agradecer desde já essa simpatia. Depois dizer que, hoje e tal como referi, o apontamento que fiz veio e foi um reforço do apontamento que foi feito, inicialmente, pela Deputada Cristina Figueiredo, foi um reforço daquilo que foi dito de que este investimento na parte da acção social ligada à educação, teve um aumento significativo que se associa naturalmente a estas dificuldades que as famílias estão a viver e que se tornou necessária. Torna-se aqui num investimento grande, significativo a nível do executivo e falando aqui do número que foi referido exactamente pela bancada socialista. -----

----- Como foi referido aqui, também pelo deputado Luis Almeida, que a divergência seja sempre fonte de crescimento e que as divergências que vamos discutindo aqui se revelem frutíferas para aquilo que todos pretendemos, que é o desenvolvimento do concelho. -----

----- Naturalmente que temos perspectivas diferentes, com todo o respeito que me vão merecer todas as opiniões que me são veiculadas e que oiço e que estudo e que depois procuro perceber qual é que será, naturalmente, a melhor solução para o nosso concelho, mas muito obrigada desde já por este conselho à minha juventude”. -----

----- Foi dada a palavra ao executivo na pessoa do **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Pereira Alves**, no sentido de esclarecer os muitos assuntos que foram colocados. -----

----- O Senhor Presidente começou por agradecer e esclarecer que pretende ser sintético face ao inúmero conjunto de assuntos que aqui foram tratados. -----

----- “Começava por me associar às palavras dos senhores deputados das diferentes bancadas relativamente ao falecimento do doutor Armando Dinis Cosme, do senhor José Correia da Cunha, do senhor Alberto Pedroso e do senhor Manuel Bica. -----

----- Ao Doutor Armando Dinis Cosme e a Câmara teve ocasião de decretar dia de luto municipal e também exalar o voto de pesar. Foi de facto uma personalidade marcante do nosso concelho, como autarca, como homem do movimento do associativo, como cidadão e como exemplar e de facto o seu percurso é para todos nós muito inspirador e eu não queria deixar hoje, aqui, de ter uma palavra de



Assembleia Municipal

profundo apreço, de profundo reconhecimento por tudo aquilo que o Doutor Armando Dinis Cosme fez pelo Concelho, que fez pela sua querida aldeia natal, Pomares, por Coja e de facto reconhece-lo como uma figura que fica naturalmente para a história do concelho e que nós jamais esqueceremos.

----- Uma palavra também para José Correia da Cunha que foi presidente da junta de Freguesia de São Martinho da Cortiça e também seu tesoureiro, um homem muito ligado ao movimento associativo e que foi uma pessoa de uma dimensão extraordinária que eu aqui também não queria deixar de referir.-----

----- O senhor Alberto Pedroso um cidadão interessado e muito interventivo na defesa da sua freguesia, pai do nosso Presidente da Assembleia Municipal e que também merece o nosso reconhecimento pelo papel inestimável que teve na procura de melhores condições de vida para o concelho e, também, neste caso em particular para a freguesia de Pombeiro da Beira e para sua aldeia natal de Salgueiral.-----

----- Uma referência também ao senhor Manuel Bica, um grande empresário mas sobretudo um grande Celavissense e um grande Arganilense que teve sempre a sua terra no coração e que nos deixou há muito pouco tempo e para quem também dirijo uma palavra de reconhecimento e de apreço pela forma como sempre se entregou de forma apaixonada às causas de Arganil e em particular de Celavisa.-----

----- Relativamente à intervenção da senhora Deputada Arménia Coimbra, dizer que, em relação aos requerimentos que apresentou, serão facultados todos os documentos necessários, no sentido de ver as questões colocadas pelo Partido Socialista esclarecidas e portanto será feito dentro dos prazos legais. Relativamente ao Teatro Alves Coelho, que julgo que não foi sobre a forma de requerimento, poderei responder aquilo que nos questionou.-----

----- De facto, a informação que tinha está de alguma forma desactualizada e compreendo porquê. Teve essa disponibilização do conjunto de correspondência trocada entre a Câmara e a Santa Casa da Misericórdia e na verdade, até hoje, a Câmara nunca foi notificada de qualquer procedimento judicial relativamente à matéria do Teatro Alves Coelho. A Câmara pediu informação complementar depois de ter sido notificada do pedido de renúncia do contrato, nomeadamente, sobre a cópia das actas das reuniões da mesa e potencialmente da Assembleia Geral que tinham levado a esta decisão. Essas actas nunca nos foram facultadas, sei que a mesa deliberou sobre o assunto, mas a Assembleia Geral não teve nenhuma deliberação formal sobre esse assunto, parecia-nos a nós que faria sentido que se foi a Assembleia Geral que aprovou a celebração do contrato de direito de superfície faria sentido que o mesmo órgão se pronunciasse, eventualmente, na eventual decisão sobre a eventual renúncia do contrato. São conhecidas as declarações públicas dos senhores dirigentes, nomeadamente, do Senhor Provedor sobre essa matéria. No início do ano, a Câmara



Assembleia Municipal

Municipal enviou uma nova carta à Misericórdia manifestando a sua vontade e a sua determinação em fazer a requalificação do Teatro Alves Coelho até ao terceiro trimestre de dois mil e dezassete que coincide com o final deste mandato autárquico e portanto, disponibilizando-se para se fazer uma adenda áquilo que era o contrato de direito de superfície original, no sentido de esta data ficar consagrada e sem condições de haver financiamento de fundos comunitários. Portanto, a nossa disponibilidade é total para avançar com a requalificação do Teatro Alves Coelho. Devo dizer a este propósito que a única forma de haver financiamento de fundos comunitários para a requalificação do Teatro é sendo a Câmara Municipal a promotora da candidatura, nomeadamente, ao nível das prioridades de investimento relacionadas a regeneração urbana. A carta teve uma resposta da Misericórdia dando conta que, face ao reconhecimento que a Câmara não tinha cumprido o contrato, embora não é esse o nosso entendimento, pois não foi cumprido por uma razão excepcional que foi o facto de não ter sido aberta as candidaturas para a tipologia de rede de equipamentos culturais, que tudo o que tinha dito antes, estaria disponível para renegociar um novo contrato. Respondemos que estamos disponíveis para fazer uma adenda ao contrato relativamente à questão das datas, não para realizar um novo contrato uma vez que na substância parece-nos que ele continua actual. O ponto de situação é este, e agora aguardamos uma decisão da parte da Santa Casa da Misericórdia relativamente a esta nossa última posição. Devo ainda acrescentar que, este assunto está agendado para a próxima reunião de Câmara e esta pronunciar-se-á, também, muito em breve em relação a esta matéria enquanto aguada, da parte da Santa Casa da Misericórdia, uma clarificação.” -----

----- Interrompeu a **Senhora Deputada Arménia Coimbra**, para dizer que “Cedo o meu dossier que foi enviado sob registo, foi um pedido formulado sob registo e documentado. Uma vez que, diz que não tem as actas da Santa Casa, das deliberações, está o dossier numerado pela própria Santa Casa, está o memorial, eu cedo-lho.-----

----- O **Senhor Presidente da Câmara, Ricardo Pereira Alves**, continuou a sua intervenção dizendo que, não interrompeu ninguém e por isso iria continuar. -----

----- “Julgo que sobre esta matéria estamos absolutamente esclarecidos e portanto as actas não foram mesmo fornecidas, julgo que a posição é absolutamente clara, queria apenas reafirmar a determinação e a vontade da Câmara de requalificar o Teatro Alves Coelho e portanto, aguardo uma clarificação da parte da Santa Casa da Misericórdia de Arganil. -----

----- Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Eugénio Fróis, relativamente à questão da comunidade estrangeira devo informa-lo que o Agrupamento de Escolas tem promovido vários cursos e tem tido bastante participação. Portanto, esses cursos existem, essa oferta existe. -----



Assembleia Municipal

----- Quanto à questão que colocou que é uma questão mais profunda que tem a ver com a questão do emprego e com a questão da desertificação, eu gostaria de enquadrar a questão da seguinte forma: nós em dois mil e onze, com os resultados dos censos, o país chegou à conclusão que dos trezentos e oito concelhos cerca de duzentos perderam população no decénio, entre dois mil e um e dois mil e onze e se, normalmente, os fenómenos associados ao despovoamento estavam muito ligados às regiões interiores do país, nomeadamente, às regiões de montanha, hoje temos de facto baixa densidade, não apenas no interior mas no litoral, também, existe uma perda de população. Isto para dizer que, este problema não é um problema do concelho nem sequer é um problema da região centro mas sim do país e que exige naturalmente intervenções locais mas exige, também, como tenho referido várias vezes uma verdadeira estratégia nacional para as regiões de baixa densidade. -----

----- Gostaria aqui e referindo-nos à questão do despovoamento dizer o seguinte, no conjunto da nossa região da Beira Serra, também, incluindo aqui por ser um concelho vizinho, o Concelho de Penacova, entre mil novecentos e sessenta e dois mil e onze em média esta região perdeu cerca de 37,12% da população e no caso de Arganil perdemos 36,87%. Portanto, estamos dentro da média da população perdida. -----

----- Nos grandes grupos etários, dos 0-14 anos, em média a população perdida foi de 72,92% na região e em Arganil 73,73%, portanto, muito alinhado com a média do que aconteceu na região. Entre os 15-64 anos há uma perda populacional de 36,59% e no caso de Arganil 37,21%, estamos dentro da média. No caso do grupo etário com 65 ou mais anos, a média de aumento da população é de 41,26% e, no caso de Arganil aumentámos 35,02%, ou seja, abaixo daquilo que foi a média da região. -----

----- Relativamente à questão do emprego é importante, também, referir que estamos no grupo dos Concelhos que mantêm, ainda, mais emprego, mais pessoas empregadas a tempo completo, isto para dizer que nós estamos num período particularmente importante que é a definição de estratégias inovadoras, este também foi um tema abordado pelo Senhor Presidente em exercício da União de Freguesias de Coja e Barril de Alva, de definição de estratégias para o futuro enquadradas numa estratégia mais ampla que é a estratégia Europa 2020, que depois tem um impacto directo no território no Portugal 2020 e depois nas estratégias, quer regionais, no programa Centro 2020 no próprio Plano estratégia intermunicipal da região de Coimbra e também no desenvolvimento local de Base Comunitária que esperamos que venha a ser liderado pela ADIBER e que tem a participação activa dos Municípios permitindo saudar também todo o trabalho que aí tem sido desenvolvido não só da ADIBER com os quatro Municípios mas também com todos os parceiros do território que incluem, Juntas de Freguesia, entidades do sector social, inclui as empresas. Nesta nova abordagem há aqui duas ou três matérias que são fundamentais e que exigem que haja também uma reflexão, não apenas das Câmaras Municipais mas de toda a região que tem a ver, por um lado com a questão dos



Assembleia Municipal

viveiros de empresas que é uma prioridade de investimento transversal que não existe apenas a esta escala mais sub-regional mas existe à escala nacional. -----

----- As questões relacionadas com o empreendedorismo tem havido, de facto, aqui um investimento do empreendedorismo mas precisamos de ir um pouco mais além, que é no fundo contribuir positivamente para fazer as coisas acontecer. Há excelentes iniciativas empreendedoras, há excelentes ideias de negócio, agora é preciso sermos capazes de dar o apoio para que elas se concretizem na prática, isso julgo que é fundamental, temos alguns bons exemplos na região que era importante replicar. -----

Temos a matéria da inclusão social que é também uma matéria muito importante que tem um espaço de oportunidades quer em termos financeiros, quer em termos dos diferentes programas, quer o Programa Nacional Temático da inclusão social e do emprego, quer no Centro 2020, quer na própria UTI e quer no **Investimento Territorialmente Integrado**, que é o novo modelo de contratualização entre a Comunidade Intermunicipal e as autoridades de gestão quer no próprio DLBC. Estas temáticas e a definição de estratégias inovadoras para estas prioridades de investimento, tendo como pano de fundo e objectivo estratégico a redução do desemprego são essenciais neste novo ciclo de fundos europeus que vamos abraçar como enorme desafio. -----

----- Agradecer as palavras da Senhora Deputada Rita Marques sobre o Conselho Municipal de Juventude. Registei a intervenção do Senhor Deputado Eugénio Fróis sobre esta matéria e esperamos, também, na próxima reunião poder contar com o representante da Juventude Socialista neste Forum, neste Concelho Municipal de Juventude, certo de que essa participação também é importante como a de todas as outras juventudes partidárias e como todos os membros que fazem parte do Conselho Municipal da Juventude. -----

----- Agradecer as palavras do Senhor Deputado Luis Almeida e aproveitava, também, para fazer um convite, amanhã pelas quinze horas faremos a inauguração das obras da requalificação do Largo do Cruzeiro e do Paço Grande e não queria deixar de convidar todos os senhores Deputados e os senhores Vereadores para estarem presentes neste momento importante, depois de uma grande intervenção de requalificação daqueles espaços. -----

----- Senhora Deputada Cristina Figueiredo, já está respondida a questão da Escola Secundária de Arganil e da EB23 de Coja. O Tribunal de Arganil não tem ainda substituída a cobertura que integra amianto, devo apenas fazer uma referência, que o Instituto Nacional Ricardo Jorge emitiu um documento relativamente a esta matéria do amianto e é importante, também, dar esta explicação que é um bocadinho mais técnica mas que não haja um verdadeiro alarme social relativamente à questão do amianto. O amianto é perigoso se houver uma desagregação das estruturas que ele incorpora, se não houver essa desagregação não há um risco assim tão significativo como muitas vezes se diz,



Assembleia Municipal

portanto, recomendo que esse documento do Instituto Nacional Ricardo Jorge possa ser analisado porque vem esclarecer muito sobre esta matéria. Não deixamos, no entanto, de chamar a atenção, como já o fizemos, ao Ministério da Justiça sobre a urgência e pertinência desta intervenção de substituição da cobertura do Tribunal de Arganil. -----

-----Relativamente à questão da educação, dizer que numa semana em que uma personalidade, que é uma personalidade insuspeita, que é o líder do Partido Socialista, Dr. António Costa, veio reconhecer que Portugal está melhor hoje do que estava há quatro anos atrás, não deixa de ser curioso também a bancada do Partido Socialista que tanto acusou o Executivo Camarário de não ter consciência social, hoje finalmente tenha reconhecido que o nosso investimento é um investimento significativo e portanto, naturalmente mais vale tarde do que nunca. Ficamos satisfeitos por esse reconhecimento.-----

----- Senhor Presidente da Junta de S. Martinho da Cortiça, sobre o projecto de captação de água, dizer que o projecto de execução está muito perto do seu término e mal esteja terminado, aquilo que nós temos intenção é que se possa dar logo de seguida andamento aos procedimentos de contratação pública no sentido de termos obra no terreno o mais depressa possível.-----

-----Relativamente à questão do senhor Deputado Patrick Dias da Cunha, relativamente ao processo de revisão do PDM, finalizada a fase da discussão pública, há uma fase de ponderação de todas as reclamações. No nosso caso, tivemos trezentas e oitenta e quatro participações o que é de facto um número bastante significativo e já tive oportunidade de saudar o papel interventivo dos Arganilenses e de todas as suas instituições neste processo. Essa ponderação é feita pela Câmara e em conjunto com as entidades e entretanto é emitido um relatório sobre a ponderação destas reclamações. É necessário, uma vez que existem questões relacionadas com a Reserva Ecológica Nacional, o processo ir novamente à Comissão Nacional da REN que depois tem trinta dias para se pronunciar, mas, entretanto haverá a emissão do parecer final por parte da CCDR que se pronuncia no prazo de dez dias e depois o processo é sujeito à Assembleia Municipal. Aquilo que é a nossa expectativa é que este processo possa estar finalizado em Junho. Julgo que respondi às questões primordiais que colocou. -----

-----Relativamente às questões colocadas pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sarzedo, Zona Industrial da Relvinha, todos nós reconhecemos que temos ali uma questão problemática para resolver. É necessário fazer uma intervenção de fundo na ETAR, é um investimento significativo que rondará um milhão de euros e precisamos, naturalmente, de ter apoio de fundos Europeus para concretizar esta intervenção. Já tive oportunidade de falar com o Senhor Ministro do Ambiente sobre esta matéria e portanto a Câmara e o Governo estão a tentar procurar uma solução no sentido da sua resolução.-----



Assembleia Municipal

----- Sobre as outras questões que colocou queria apenas dizer que a Câmara, naturalmente, não se envolve nem pode participar em questões que são de natureza pessoal entre pessoas e, portanto, aquilo que faz é prosseguir o interesse público e é isso que tem feito em todos os domínios e também nesta matéria em particular.-----

----- Relativamente às questões que a Deputada Ana Rita Gonçalves aqui colocou, dizer-lhe que compreendo a sua intervenção, acho que tem de facto fundamento algumas das questões que aqui colocou, designadamente a questão do acesso a Macelavisa, a entrada de Arganil e aí dizer-lhe que teremos uma intervenção, ainda este ano, relativamente a esse troço entre o cruzamento para a Avenida dos Carecas e o Sub Paço, na zona do Mourão que irá ser intervencionado. A ligação Alqueve – Salgueiral vai arrancar muito rapidamente. É importante fazer este enquadramento, nós temos cerca de quatrocentos quilómetros de estrada no Concelho e temos que definir um conjunto de prioridades, designadamente, serviço às populações e é isso que estamos a fazer. Dando nota desse esforço e desse interesse, dizer que já decorreu concurso público para a estrada Murganheira – Chapinheira, estamos neste momento na fase de lançamento de concursos para a ligação Salada das Eiras – Cepos; Agroal – Soito da Ruiva, estrada Municipal quinhentos e oito, está a ser desenvolvido o projecto para a ligação entre a Benfeita e os Pardieiros, entre a Estrada Municipal quinhentos e quarenta e dois e Celavisa e também um concurso para arruamentos, para além das empreitadas que estão em curso e que visam melhorar a mobilidade no interior do Concelho e, além disso, também para o acesso ao Parque do Prado já decorreu o concurso e faremos a adjudicação muito em breve.

----- União de Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra, o Senhor Presidente da União de Freguesias referiu-se à questão da Casa dos Belgas, dizer que já foram feitas todas as notificações, cumpridas as formalidades legais, designadamente relativamente à matéria de afixação de Edital, uma vez que a morada do proprietário é desconhecida, a Câmara vai tomar a posse administrativa do imóvel e vai fazer as obras necessárias para repor as condições de segurança.-----

----- A questão da atribuição dos números de polícia, é uma atribuição oficiosa, o trabalho de campo está a ser feito no sentido da atribuição destes números de polícia e contamos que nestes próximos meses este processo possa ficar concluído, uma vez que é um processo vasto e que envolve muito trabalho da parte dos nossos colaboradores, agradecendo também a colaboração que nunca nos foi negada e que sempre foi uma marca deste processo por parte das Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesia.-----

----- Senhor Deputado Fernando Vale, relativamente às questões das florestas, dizer que tem os documentos de execução relativamente àquilo que está previsto no Plano Municipal da Defesa da Floresta contra incêndios e certamente constatará que tem sido feito muito trabalho neste domínio. Quanto à área de reabilitação urbana, agradeço a intervenção, a Câmara está a reflectir sobre esta



Assembleia Municipal

matéria, pensamos que é uma matéria importante e estratégica que poderá dar outro tipo de condições aos proprietários no sentido da recuperação, nomeadamente, nos centros de Arganil e Coja e portanto é uma matéria que será submetida à Assembleia Municipal nos próximos meses, uma vez que, também, é uma matéria que tem implicação dos fundos comunitários, particularmente, para intervenções no espaço público. -----

----- Senhor Deputado António João Lopes sobre as trinta e cinco horas, dizer qual a posição do Município. Nós por decisão judicial estamos a aplicar as quarenta horas, que é uma lei do país. Temos vindo a desenvolver negociações com os sindicatos, temos um princípio de acordo com uma das entidades sindicais, questionamos o Governo porque como sabem o Conselho Consultivo da Procuradoria Geral da República emitiu um parecer em que considera que o Governo tem que participar nestas negociações, questionamos o Governo relativamente a este assunto e qual era a nossa vontade e do Sindicato com quem temos um acordo de princípio. O Governo vem dizer que está em negociações com a ANMP no sentido de encontrar uma solução, nós consideramos que volvidos mais de quinze meses sobre a entrada em vigor da lei parece-nos tempo demasiado para haver ainda negociações com a ANMP e portanto, mais uma vez exortámos o Governo no sentido de clarificar esta situação porque queremos ver o assunto ultrapassado. -----

----- Vila Cova de Alva a proprietária manifestou intenção de entregar estes edifícios, não à Câmara Municipal, mas sim há União de Freguesias. Temos algumas ideias sobre a matéria no sentido da sua reconstrução e designadamente alguns usos a poder destinar os edifícios. -----

----- Relativamente à questão da ANACOM, todas as reclamações que têm surgido nós temos remetido quer para a ANACOM quer para a PT. Há uma disponibilidade da parte da PT se poder deslocar ao Concelho e poder também conversar com as pessoas que têm vindo a reclamar no sentido de identificar os problemas e procurar resolve-los. -----

----- Concursos de recrutamento são sempre alvo de ampla publicitação pública, quer no Portal do Município, quer no Diário da República, quer inclusive na Bolsa de Emprego Público. -----

----- Quanto às questões relacionadas com a agricultura e com as questões das IPSS's apenas dizer que tem havido um esforço e isso é bom reconhecer, é mérito e iniciativa das instituições no sentido de poderem recorrer aos produtos, nomeadamente, produtos hortícolas de sua produção própria ou produção de pequenas empresas que existam no Concelho". -----

----- O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Avelino Pedroso**, usou da palavra para fazer dois apontamentos sobre o período antes da ordem do dia, referindo que “devo-vos dizer que se registaram vinte intervenções correspondendo ao tempo de uma hora e catorze minutos.



Assembleia Municipal

Relativamente à questão que se passou aqui com a Senhora Deputada Arménia Coimbra, a mim cumpre-me esclarecer dois aspectos. -----

-----O primeiro, efectivamente, a Senhora Deputada fez intenção de entregar o documento ao Senhor Presidente do Município, contudo o Senhor Presidente tem razão na medida em que foi interrompido e não deveria ter sido. Agora, também, devo dizer que aquando da intervenção da Senhora Deputada fez questão de entregar quatro requerimentos na mesa, se efectivamente houvesse intenção de entregar esse documento, certamente que tê-lo ia feito”.-----

-----Pedi a palavra o **Senhor Deputado Eugénio Fróis**, que começou por dizer que será breve, como é habitual, para de seguida proferir “começo por dizer e discordando não há animosidade eu penso que o confronto é absolutamente natural neste órgão, aqui ninguém fica amuado. Enfim, não é a expressão mais adequada, mas esta disputa é saudável e é assim que eu a entendo e termina aqui, não há mais nada. -----

-----Relativamente à intervenção de fundo que o Senhor Presidente proferiu e muito bem, na minha opinião, há uma concordância muito grande com os pontos elencados relativamente ao emprego e à necessidade de fixarmos pessoas e os números com que ilustrou a sua intervenção são conhecidos e não há nada a dizer sobre eles. O que eu poderei dizer é que há de alguma forma na minha intervenção algo de novo, que é o seguinte, é a necessidade de conjuntamente priorizarmos isto. Isto é, o nosso objectivo primeiro na minha opinião. Segundo, quantificarmos objectivos, vamos para Coja, ou para a Cerdeira ou para a Benfeita pensar num número para podermos dizer amanhã sim ou não foi conseguido, é efectivamente a diferença. Depois, relativamente à Política Nacional, eu gosto muito de Política Nacional, não a trago porque não me parece muito próprio mas gostaria até, noutra órgão de ficarmos a debater sobre o assunto da Política Nacional. E a conversa é um pouco como as cerejas, eu ouvi a frase do Senhor Presidente relativamente ao Costa, ao Costa presidente do PS e lembrei-me, enfim, coisas curiosas de uma intervenção neste salão com algum brilhantismo, casa cheia, o engenheiro Paulo Júlio, ex-Secretário de Estado, ex – Autarca de Penela, dizer aqui assim, “nós agora estamos no bom caminho, até aqui governávamos sem rumo, agora temos um rumo” e o PS não tinha um rumo, era navegar de costa à vista, eu só lamento que esse rumo tenha sido errado e que a aposta tenha sido o empobrecimento dos portugueses, foi isto que eu me lembrei, é isto que eu quero partilhar”. -----



Assembleia Municipal

----- Foi dada a palavra ao **Senhor Presidente da Junta de Sarzedo, Fernando Simões**, para dizer “de facto fiquei extremamente admirado pela forma como o Senhor Presidente da Câmara se relacionou a uma questão que é uma obra da Câmara, não estamos aqui a falar de obras particulares nem nada, em relação ao alcatroamento numa rua que é vicinal, de um caminho que é vicinal, não foi feito pela Junta, não foi pedido pela Junta, a Junta não participou nem nos candeeiros nem em nada disso. Portanto, qualquer questão pessoal que haja e que foi transportado para o Senhor Presidente, eu não sei do que é que está a falar mas se o Senhor Presidente sabe, faça favor, está no sítio certo, ponha isso a claro, pois eu penso que não tenha nenhuma questão pessoal com ninguém. -----

----- Em relação à ETAR, aquilo que o senhor disse hoje, já tinha dito há seis anos e se o senhor reparar no Plano de Orçamento para o próximo ano continua sem lá vir absolutamente nada previsto para a ETAR do Sarzedo e eu acho que é a maior necessidade do nosso Concelho.” -----

----- Teve a palavra a **Senhora Deputada Arménia Coimbra** apenas para “comunicar a V. Ex^a ao Senhor Presidente da Câmara que o dossier que a Santa Casa enviou, devidamente documentado, foi entregue aos senhores vereadores do Partido Socialista que farão, então, a devida discussão e apresentação desse memorando na reunião de Câmara onde for debatido. O Senhor Presidente sempre que responde às minhas questões inicia-as sempre por dizer que eu não estou informada, que estou equivocada, hoje disse que eu estava desactualizada. Muito obrigada Senhor Presidente”.

----- Usou da palavra o **Senhor Deputado Fernando Vale** para proferir “ o Senhor Presidente da Câmara é muito hábil nas respostas que dá, fala muito mas responde a pouco. O Senhor Presidente da Câmara referiu os dados dos censos de dois mil e onze mas com certeza conhecerá dados mais recentes da PORDATA e, se verificar esses dados onde já estão incluídos os fenómenos de desemprego referentes ao encerramento de empresas no Concelho de Arganil, como fenómenos de emigração, o senhor verificará que os dados e os números são bastante mais cáusticos do que esses que referiu. Os que referiu são-lhe mais favoráveis, é verdade, mas uma coisa que me choca é quando nos comparamos à médias ou aos piores. Acho que não nos podemos acomodar e temos que nos revoltar com a situação vivida no Concelho de Arganil, que é um fenómeno que não é específico de Arganil, como muito bem referiu, é de uma região mas temos que dar um murro na mesa, temos que dar largas à imaginação, tem que haver uma discussão alargada, participada, envolvendo todos os agentes. Eu não verifico nada disso, eu verifico ideias avulsas, obras e mais obras e o Concelho a morrer, a morrer.... Nós abrimos a página da Comarca e a folha de óbitos é cada vez maior, a dos



Assembleia Municipal

nascimentos cada vez menor, portanto a situação é dramática. Tem que haver uma saída para isto e a saída quer-nos parecer que só se consegue com uma discussão muito alargada, com todos os cidadãos do Concelho, com todas as forças vivas do concelho e isso não me parece que esteja a suceder. -----

----- Relativamente à requalificação do Largo do Cruzeiro, independentemente do gosto estético ou não do que lá está, eu gostaria de referir que a Câmara abateu cerca de seis árvores que lá se encontravam, árvores de grande porte e é com pena que eu verifico que esse abate tenha ocorrido dando prioridade ao automóvel em vez de dar prioridade ao espaço verde, acho que as árvores se poderiam lá ter mantido, foram lá plantados uns pauzitos que não sei qual vai ser o sucesso dessas árvores, julgo que não vão vingar mas poderiam lá ter mantido as árvores mesmo com o destino que querem dar aquele espaço”. -----

----- Foi dada a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Arganil, Ricardo Pereira Alves** para referir “hoje sairei desta Assembleia muito satisfeito porque já tínhamos tido o reconhecimento da bancada do Partido Socialista relativamente à consciência social do executivo e agora tivemos mais um reconhecimento que é o de que há muitas obras no Concelho e, ainda bem, porque elas servem as populações. O Senhor Deputado Fernando Maia Vale acabou de o enunciar de uma forma eloquente e julgo que todos nós ficámos convencidos relativamente ao grande consenso que existe no Concelho relativamente ao conjunto de intervenções que vão sendo desenvolvidas. -----

----- Falou-nos, também, aqui de indicadores, gostaria de lhe dizer e recordar que em dois mil e treze por cada empresa dissolvida no Concelho foram criadas três, este é dos melhores resultados a nível nacional e é o segundo na região de Coimbra. -----

----- Quanto às exportações, nós por cada euro importado, exportamos quatro, ou seja, no balanço comercial do Concelho nós estamos também entre os melhores Concelhos Portugueses nessa matéria e na CIM-Região de Coimbra mais uma vez em segundo lugar. Portanto, Senhor Deputado Fernando Maia Vale estes são os números que marcam a diferença, também é importante não escamotear e a questão do desemprego deve ser a nossa principal preocupação, de todas as bancadas independentemente das suas posições ideológicas. Também, é bom não eluvidar aqui a Assembleia de que o desemprego nos últimos meses tem vindo a decrescer de uma forma significativa, quer ao nível do país quer ao nível do Concelho e acho curioso que o senhor hoje esteja tão preocupado com o desemprego quando há dois anos atrás o desemprego era significativamente superior. Para nós, o desemprego é sempre um problema enquanto houver uma pessoa que seja



Assembleia Municipal

desempregada e, portanto, estamos sempre empenhados em trabalhar com as empresas, com as organizações públicas que trabalham neste domínio, no sentido de combater o desemprego. -----
----- Finalmente, e só para esclarecer o Senhor Deputado e sobre isso terá melhores conhecimentos técnicos do que eu, mas as árvores são como as pessoas, nascem, crescem e morrem, no caso do Cruzeiro as árvores que foram retiradas, naturalmente, que foram substituídas por árvores novas e não há aí também nenhum contributo para agudizar nenhum problema que deve ser uma prioridade nacional que é a redução das emissões de carbono e o princípio do desenvolvimento sustentável que todos nós prosseguimos.” -----

----- Pediu o uso da palavra o **Senhor Deputado Fernando Maia Vale** que se dirigiu ao senhor Presidente da Câmara para referir o seguinte “gostaria de saber, o número de empresas aumentou, O número de emprego aumentou, os postos de emprego aumentaram ou diminuíram?”-----

ORDEM DO DIA -----

1) Apreciação e votação das Adendas aos contratos de delegação de competências com a União de Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra, e Junta de Freguesia de Benfeita, relacionadas com a entrega da gestão de sistemas de abastecimento de águas. -----

Pedi a palavra o **Senhor Presidente da União de Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra** para dizer o seguinte “o que está aqui nesta adenda foi aquilo que nós conversámos e acertámos com o Senhor Vice-Presidente numa reunião que tivemos, só que, entendo que é um pouco vaga, ou seja não inclui aqui a avaliação do património porque toda a estrutura é da Cerdeira, não é do Município. Agora uma transmissão, nós não temos poder para doar esta estrutura ao Município. Também, naquela reunião que tivemos ficou mais ou menos acertado que esta delegação seria, também, para as aldeias que pertenciam à freguesia de Moura da Serra, ou seja, a União de Freguesias ficava com a responsabilidade destes trabalhos que estão aqui na adenda mas também nos sistemas de Moura da Serra. E, também, não diz aqui qual é a periodicidade da transferência das verbas que a União de Freguesias vai ter direito, ou seja, aqui entre as despesas e as receitas há uma verba que é destinada à União de Freguesias e deveria também constar nesta adenda, como é que é transferida, qual é a periodicidade dessa transferência de verbas.” -----



Assembleia Municipal

Teve a palavra o **Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Arganil, Luís Paulo Costa**, que começou por cumprimentar todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e de seguida proferiu “relativamente à questão que foi suscitada pelo Senhor Presidente da União de Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra, dizer que, efectivamente, é conforme acabou de dizer. Em relação aos subsistemas das restantes aldeias, provavelmente terá sido algum lapso de compreensão porque eu tinha ficado com a ideia de que não teriam essa intenção. Mas fico objectivamente muito satisfeito por ver essa situação esclarecida. -----

Provavelmente vamos ter de fazer isto, formalmente, novamente na reunião de Câmara, mas fico naturalmente satisfeito que a vossa intervenção e a vossa abrangência decorra nos moldes que estão previstos em todos os subsistemas que fazem parte da vossa União de Freguesias. -----

Não sei se respondi a todas as questões que colocou, havia aqui a questão da titularidade da infraestrutura. Em relação a este assunto, do ponto de vista patrimonial ela mantém-se na esfera da União de Freguesias, estamos a falar exclusivamente da competência decorrente da prestação de serviço que do ponto de vista legal teve aqui alterações legislativas e em relação à propriedade da rede, ela mantém-se na posse da União de Freguesias. -----

Em relação à periodicidade das transferências, aquilo que tínhamos conversado e talvez não tenha sido com o Senhor Presidente da Cerdeira e Moura da Serra, terá sido com o Senhor Presidente de Freguesia de Benfeita, mas aquilo que entendemos e até para não termos aqui um nível de burocracia muito avolumado, poderemos fazer isto trimestralmente se for do vosso entendimento, mas também poderemos estabelecer um prazo diferente. Em relação a estas questões práticas não há qualquer objecção da nossa parte.” -----

O **Senhor Presidente da União de Freguesias** referiu que estava esclarecido e explicou que estes esclarecimentos devem ter sido com o senhor Alfredo da Benfeita e não com a Cerdeira e foi nesse sentido que surgiu a intervenção mas, assim, o senhor Presidente da Cerdeira e Moura da Serra já fica esclarecido e refere “assim fica completamente integrado na nossa situação”.-----

O **Senhor Presidente da Assembleia** questiona, novamente, se assim o ponto um está esclarecido e em condições de ser colocado em votação, respondendo o Senhor Presidente da União de Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra que sim, estava tudo esclarecido e podia ser posto em votação. -----



Assembleia Municipal

Pedi ainda a palavra o **Senhor Presidente da Câmara** para dizer “em termos de procedimento, julgo que podemos votar este ponto, entretanto se houver alguma alteração a fazer levaremos à Câmara, e se, depois, for necessário vem novamente à Assembleia Municipal”. -----

Pedi, ainda, um esclarecimento a **Senhora Deputada Arménia Coimbra** no sentido de querer saber o que é que vai votar relativamente ao ponto um, perante a intervenção do Senhor Presidente da Junta. Isto é, se o Senhor Presidente se considera satisfeito ou não porque a Senhora Deputada não tinha percebido absolutamente nada. Continuou a Senhora Deputada dizendo “o que eu tenho aqui é uma adenda aos contractos de delegação de competências onde me é dito que é intenção, nomeadamente, da Junta de Freguesia, ceder a favor do Município o abastecimento de sistema público, só me diz aqui que é intenção e eu fico sem saber, perante estas dúvidas do Senhor Presidente da Junta, se a Câmara considera que está em condições de nos pronunciarmos sobre esta Adenda. Se está, muito bem, se não está.” -----

Pedi novamente a palavra o **Senhor Presidente da União de Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra** para responder “a questão foi colocada ao Município mas eu só quero dizer que este acordo foi celebrado entre o Município de Arganil e a União de Freguesias, já foi aprovado pelo executivo da União de Freguesias e pela Assembleia de Freguesias e, além do que está aqui, a única coisa que referi era que tinha sido acordado não ser só o sub-abastecimento da Cerdeira mas sim toda a União de Freguesias, portanto, é esse acrescento que deve ser feito nesta adenda e também a periodicidade da transferência das verbas para a União de Freguesias. É só isso”. -----

“Nós estamos a falar de um diploma legal de dois mil e nove que impõe a transferência desta gestão, da competência da exploração das águas, portanto só na redacção da proposta que nos vem do executivo, há uma diferença entre algumas Juntas de Freguesia, numa diz que é intenção de ceder, na outra presumo que a cedência já esteja concretizada”. -----

Foi dada a palavra ao Executivo na pessoa do **Senhor Presidente da Câmara** para referir “relativamente à questão, há uma lei de dois mil e nove que impõe que todos os sistemas sejam públicos cinco anos depois, Janeiro de dois mil e quinze, no entanto, relativamente à questão das Freguesias há uma reinterpretação da parte da ERSAR motivada pela Lei 75/2013 no que diz respeito às Freguesias, em concreto. Relativamente a esta matéria é claro que existe um entendimento, quer com a União de Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra, quer com a Junta de Freguesia da Benfeita, No que diz respeito à União de Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra, aprovaremos, hoje assim, e, se necessário, faremos um aditamento na próxima Assembleia Municipal. É apenas



Assembleia Municipal

isto. Julgo que do ponto de vista processual, evitando qualquer tipo de vazio legal, é a melhor solução”. -----

Feitos os esclarecimentos, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, Avelino Pedroso, colocou o ponto um à votação tendo sido interrompido pelo Senhor Deputado Eugénio Fróis que pediu desculpa mas queria perguntar se estavam já a votar a Adenda ou a alteração à Adenda. O Senhor Presidente da Assembleia explicou que estavam a votar a Adenda com as correcções e aspectos que o Senhor Presidente da União de Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra comunicou.-----

Pedi a palavra o **Senhor Presidente da Câmara Municipal** para esclarecer “o que nós votamos é exactamente os documentos que temos aqui, qualquer alteração terá que ser a Câmara a propor à Assembleia Municipal”. -----

Feitos todos os esclarecimentos, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o ponto um que foi aprovado pela maioria e havendo oito abstenções dos deputados, Arménia Coimbra, Eugénio Fróis, António Simões, Cristina Figueiredo, Fernando Maia Vale, Patrick Dias da Cunha, Ana Rita Gonçalves e Luis Moura.

Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----

2) Apreciação e votação de Contratos Programa: Freguesias de Arganil, Benfeita, Celavisa, Folques, Pomares, Pombeiro da Beira, S. Martinho da Cortiça, Sarzedo, União de Freguesias de Cepos e Teixeira, União de Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra, União de Freguesias de Coja e Barril de Alva e União de Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz. -----

----- Não havendo pedidos para intervir, o **Senhor Presidente da Assembleia**, colocou à votação contrato programa tendo sido aprovado por unanimidade. -----

----- Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----

3)-Apreciação e votação da Renovação da autorização concedida para a abertura excepcional de procedimentos concursais comuns de recrutamento para postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal do Município de Arganil, em 2014. -----



Assembleia Municipal

-----O **Senhor Presidente da Assembleia**, colocou à votação tendo sido aprovado por unanimidade. -----

----- Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----

4)-Apreciação e votação da Autorização excepcional para a abertura dos procedimentos concursais com vista à constituição de relações jurídicas de emprego público, por tempo indeterminado e determinado, para os postos de trabalho previstos e não ocupados, no mapa de pessoal para o ano de 2015.-----

-----O **Senhor Presidente da Assembleia**, colocou à votação tendo sido aprovado por unanimidade. -----

----- Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----

5)-Emissão de parecer prévio ao recrutamento de trabalhadores com vínculo de emprego público por tempo determinável ou determinado ou sem vínculo de emprego público previamente estabelecido. -----

-----O **Senhor Presidente da Assembleia**, colocou à votação tendo sido aprovado por unanimidade. -----

----- Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----

6) Apreciação e votação das Alterações ao Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização (RMEU) e Regulamento Geral e Tabela de Taxas, Licenças e Outras Receitas do Município de Arganil (RGTTLORMA).-----

Pedi a palavra o **Senhor Presidente em exercício da União de Freguesias de Coja e Barril de Alva, Luís Moura** para dizer “a Junta de Freguesia de Coja fez um pedido para adicionar uma taxa específica ao fornecimento de água à vila de Coja uma vez que, o valor que nos está a ser cobrado, neste momento, existe uma exceção tarifária fruto de um acordo celebrado com a Câmara Municipal mas a partir do final do próximo ano, o valor a pagar por cada m3 será insuportável para a freguesia de Coja, ou seja, o valor que nos vai ser cobrado é superior ao valor total da receita. Nesse aspecto



Assembleia Municipal

nós propusemos à Câmara Municipal que houvesse uma diferenciação nesta tarifa, encontrando uma diferença para a água fornecida a Municípios vizinhos e aquilo que é o fornecimento aos subsistemas do nosso Concelho. Fizemos a proposta, a Câmara Municipal mostrou-se indisponível para a aceitação e nesse pressuposto, dado este constrangimento da insustentabilidade futura do sistema da vila de Côja, a Junta de Freguesia terá que forçosamente votar contra a tabela de taxas porque acha que aqui tem havido alguma insensibilidade por parte da Câmara Municipal no sentido de analisar em particular o sub-sistema da vila de Coja porque não é sustentável e a Câmara, na minha opinião, continua a omitir a sua responsabilidade em relação à prestação deste serviço básico para as populações. Fico extremamente satisfeito por terem chegado a acordo com a Junta de Freguesia de Benfeita e Cerdeira e Moura da Serra, mas julgo que não não foi, na minha opinião, um património que é das pessoas e todo o esforço de décadas das pessoas na construção das infra-estruturas”-----

----Foi dada a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Arganil, Ricardo Pereira Alves** no sentido de esclarecer o Senhor Presidente da União de Freguesias de Coja e Barril de Alva de que “estas alterações ao Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização e ao regulamento geral de Tabelas de Taxas Licenças e outras Receitas do Município de Arganil, são alterações cirúrgicas, determinadas por uma recomendação da Inspeção Geral de Finanças, respectivamente há conformação legal de alguns artigos, o artigo no caso do RMEU e outro artigo no caso do RGTT, para que tudo estivesse em conformidade e, portanto, essa matéria dos tarifários será trazida na próxima reunião da Assembleia Municipal até porque temos que cumprir aquilo que são as recomendações da ERSAR relativamente a esta matéria. Certamente que, o Senhor Presidente da União de Freguesias de Coja e Barril de Alva não desconhece, com os novos estatutos da ERSAR, que quem não cumprir as recomendações da ERSAR está sujeito a uma coima que pode ir de duzentos mil euros a dois milhões e meio de euros.

Queria apenas fazer o seguinte apontamento, é evidente que a Câmara Municipal não pode vender água à União das Freguesias de Coja e Barril de Alva num valor, em termos médios, inferior aquele que cobra aos consumidores do Concelho de Arganil sob pena de todos os consumidores dos sistemas geridos pela Câmara Municipal estarem a pagar digamos que os resultados positivos que a União das Freguesias de Coja e Barril de Alva têm com a venda da água. Julgo que isto é absolutamente claro, não podemos ter nenhuma iniciativa nesse sentido e daí termos comunicado a nossa discordância de podermos vender abaixo do valor que vendemos aos outros utilizadores dos sistemas municipais, bem como também não podemos vender abaixo do preço que custa à Câmara Municipal e colocar água tratada no depósito em Coja”.



Assembleia Municipal

Foi dada a palavra ao **Senhor Deputado Eugénio Fróis** para referir “talvez não tenha estado com a devida atenção à intervenção do Senhor Presidente em exercício da União de Freguesias de Coja e Barril de Alva e gostaria que ele clarificasse qual é a sua posição final na medida em que me sinto de alguma forma desconfortável num desalinhamento de um futuro voto e por conseguinte, depois de ouvir a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, que procurou esclarecer, eu gostaria de saber se o Presidente da Junta reconsidera, se matem a posição e qual é o seu sentido de voto prévio no sentido de como disse não me sentir tão desconfortável nesta situação”.

Teve a palavra o **Senhor Presidente em Exercício, Luis Moura** para referir “tal como foi referido e já que há um dado novo, porque o Senhor Presidente diz que não iremos aprovar as taxas que estão propostas e que chegaram a nós. Se é que não vamos aprovar as taxas, então a situação é diferente, estamos a aprovar principio, aí situação é diferente.

O que está em causa para nós é que existe na tabela de Taxas apenas três diferenciações em termos de tarifário: utilizadores domésticos, utilizadores não domésticos e fornecimento de água para autarquias locais. No caso da União de Freguesias de Coja e Barril de Alva fica integrada neste terceiro grupo, fornecimentos para situações não domésticas e a um valor de cinquenta cêntimos por m³. Neste momento, a proposta será de um acréscimo desse valor; ao continuar-se o tarifário para estes valores é incomportável para um custo dito pela Câmara de trinta e seis cêntimos em termos de custo real de fornecimento. Os nossos valores são completamente diferentes, como sabem em Coja existem dois sub-sistemas de abastecimento de água, o nosso sistema custa dezoito cêntimos por cada m³. A Câmara Municipal diz-nos que custa trinta e seis cêntimos por m³ e está-nos a propor cobrar cinquenta cêntimos por m³, portanto, este valor ultrapassa em muito toda a receita do subsistema de Coja, não sendo sustentável. Nesse pressuposto, nós comunicámos previamente, à Câmara Municipal, que estamos indisponíveis para aceitar este tarifário e propusemos uma solução intermédia, uma solução de um tarifário específico para os sub-sistemas do Concelho. Reconheço que, provavelmente, será um caso único, provavelmente não existem outros sub-sistemas no Concelho mas é importante que se olhe para isto e que não se faça um tratamento igual e se olhe para Côja como seja uma localidade do Concelho de Poiães ou de Góis porque nós não somos iguais, fazemos parte do Concelho. Nesse pressuposto, mantemos o nosso princípio de votar contra este aspeto”.



Assembleia Municipal

Pediu a palavra o **Senhor Deputado António João Lopes**, para referir “esta questão é extremamente difícil porque a constituição destes números, os cinquenta cêntimos, os trinta e seis, os dezoito, resultam das parcelas que incluímos. Eu não me esqueço que, no último orçamento era atribuído à cultura um milhão de euros, enquanto a cultura era o museu do rally e que tem cimento, ferro, pedras, madeira. Por isso, eu julgo que temos que ver com clareza que parcelas é que estão em cada um destes números, pelo que proponha que, em vez de votarmos, que na próxima Assembleia nos fossem fornecidas as parcelas e o porquê de serem incluídos de forma a atingirem trinta e seis ou dezoito cêntimos”.

Feitos todos os esclarecimentos, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou à votação o ponto seis, tendo sido aprovado pela maioria, havendo oito abstenções dos deputados, Arménia Coimbra, Eugénio Fróis, António Simões, Cristina Figueiredo, Fernando Maia Vale, Patrick Dias da Cunha, Ana Rita Gonçalves e António João Lopes e um voto contra do Deputado Luis Moura.

No final da votação o **Senhor Deputado Eugénio Fróis** pediu a palavra para fazer uma declaração de voto “é uma matéria sensível, eu ouvi com atenção o Senhor Presidente em exercício da União de Freguesias da minha terra e Barril de Alva, não estou muito à vontade para votar expressamente a favor e contra, e nestas circunstâncias e pensando que, em termos futuros, haverá uma certa clarificação deste tema, resolvi esta forma de votação pela abstenção que não é meu gosto nesta matéria e nos assuntos da minha terra, era essa a explicação que eu gostei de dar”.

Pediu a palavra o **Senhor Presidente da Câmara** só no sentido do esclarecimento “ nós não estávamos a votar nada relativamente à questão do preço da água, isso é uma matéria que será discutida na próxima Assembleia Municipal na sequência das recomendações da ERSAR. Estávamos só a votar uma alteração cirúrgica ao Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização e ao Regulamento Geral de Tabelas, Taxas, Licenças e outras Receitas do Município de Arganil na sequência de uma recomendação da Inspeção Geral de Finanças, portanto era só isso que nós estávamos a votar”.

Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----

7) Apreciação e votação da Proposta para Regularização de dívida à ADSE. -----



Assembleia Municipal

Pedi a palavra o **Senhor Presidente da Câmara** para referir “esta questão da ADSE já é uma questão longa, já tem feito sempre parte das recomendações da entidade de auditoria externa relativamente a esta matéria das contas. -----

Neste caso concreto, o histórico é o seguinte, em dois mil e cinco quando tomámos posse, estava registada uma dívida na Câmara Municipal de cerca de cento e dez mil euros. A Câmara Municipal, no âmbito do saneamento financeiro, pagou essa dívida e para além disso ao longo destes nove anos tem vindo a pagar sempre as despesas relacionadas com a ADSE. Havia um desencontro entre a Câmara e a ADSE que é de valores, para além dos cento e dez mil euros que nós pagámos em dois mil e cinco e que eram a dívida registada no Município, a ADSE reclama um conjunto de valores que começam em mil novecentos e setenta e oito e estamos a falar de dívida com mais de trinta anos, quase quarenta e que vai até dois mil e cinco. O valor global é de quatrocentos e oitenta e dois mil, setecentos e setenta e nove euros e quarenta cêntimos. Na análise às contas de dois mil e doze, o tribunal de contas recomenda que este pagamento seja feito e acertámos com a ADSE um princípio de pagamento com um valor prestacional que consta, também, na informação que deu suporte à deliberação camarária e que faz parte do conjunto de documentos submetidos a esta Assembleia Municipal. É este plano prestacional que nós aqui trazemos no sentido do seu deferimento para poder resolver este problema que é um problema já muito antigo”. -----

-----O **Senhor Presidente da Assembleia**, colocou à votação tendo sido aprovado por unanimidade. -----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----

8) Apreciação da Listagem de contractos plurianuais celebrados entre 1 de Outubro de 2014 e 31 de Dezembro de 2014, no âmbito da Autorização Prévia genérica da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais – alínea c), do n.º1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro (lei dos compromissos). -----

9) Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da Actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo. -----



Assembleia Municipal

ENCERRAMENTO

-----Não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu por encerrada a sessão, agradecendo a todos os presentes, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, executivo, também aos elementos do stafe do Município e à Imprensa que aqui estiveram, desejando um bom-fim-de-semana, e assim, declarou encerrada a sessão da qual, para constar, se lavrou a presente acta que eu, _____, 1º Secretário redigi, subscrevi e também assino.



Assembleia Municipal

ANEXOS